

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MÁRIO SÉRGIO BARBOSA COSTA

MEMÓRIA SOCIAL EM FORTALEZA: REFLEXÕES SOBRE PARANGABA

FORTALEZA
AGOSTO/2011

MÁRIO SÉRGIO BARBOSA COSTA

MEMÓRIA SOCIAL EM FORTALEZA: REFLEXÕES SOBRE PARANGABA

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira

FORTALEZA
AGOSTO/2011

MÁRIO SÉRGIO BARBOSA COSTA

MEMÓRIA SOCIAL EM FORTALEZA: REFLEXÕES SOBRE PARANGABA

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Glória Diógenes

Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Adelita Neto Carleial

Universidade Estadual do Ceará

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Roza Barbosa Costa, ao meu pai, José Acílio da Costa (in memoriam) e aos meus irmãos, Francisco de Assis, José William e Juliane Costa pelo apoio maciço durante todo o tempo de permanência na Universidade.

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Irllys Barreira, pela atenção devida durante o andamento da pesquisa.

Aos colegas professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, especialmente à Alba Carvalho, Domingos Abreu, Isabelle Braz e Andréa Borges.

Ao Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC), pela concessão de material indispensável para a realização deste trabalho.

À minha turma (a de 2009), especialmente ao Artur Alves, Pedro Gustavo, Marcos Paulo, Vinícius Forte e José Raulino. Menciono também aqui os colegas Francisco Edilberto e Rita Maria.

À CAPES, pela concessão de bolsa que possibilitou a viabilização da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a compreensão dos processos de construção da memória social e intervenções urbanas no tradicional bairro de Parangaba, localizado na zona sudoeste de Fortaleza. Primeiramente, contudo, o autor faz algumas considerações sobre a metodologia empregada no trabalho de pesquisa. Depois é realizada a reconstituição histórica do bairro, abordando momentos que abrangem desde a antiga aldeia indígena ao bairro atual. A seguir, o foco de análise é a memória social e coletiva dos indivíduos e sua relação com o espaço e o tempo. O próximo passo foi a compreensão dos processos de construção da memória representados por meio das antigas edificações do local e os dilemas ou “conflitos” oriundos da dicotomia modernizar/preservar. Por fim, é feita uma breve análise das intervenções urbanas postas em prática no lugar e um pouco do caráter ambíguo que elas assumem na redefinição e usos do espaço, bem como fatores preponderantes para ao surgimento de novos atores sociais.

Palavras-chave: Parangaba, Memória Social, Intervenções Urbanas, Redefinições de Espaços.

ABSTRACT

This work aims at understanding the processes of construction of social memory and interventions in the traditional urban neighborhood Parangaba, located in the southwest of Fortaleza. First, however, the author makes some considerations about the methodology employed in research work. After the historical reconstruction is performed in the neighborhood, addressing moments ranging from the ancient Indian village in the district today. Here, the focus of analysis is the social and collective memory of individuals and its relation to space and time. The next step was to build understanding of the processes represented by the memory of the old buildings of the site and the dilemmas or "conflicts" arising from the dichotomy upgrade / maintain. Finally, there is a brief analysis of urban interventions put into practice in place and some of the ambiguous character they play in redefining and uses of space, as well as important factors for the emergence of new social actors.

Keywords: Parangaba, Social Memory, Urban Interventions, Resets Spaces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Mapa da costa do Ceará.....	16
FIGURA 2 Município de Arronches.....	18
FIGURA 3 Localização do bairro Parangaba em Fortaleza.....	29
FIGURA 4 Mapa das linhas do metrô.....	54
FIGURA 5 Imagem da estação durante a construção do viaduto do metrô.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Por que a memória e porque Parangaba?.....	4
1. SOBRE A METODOLOGIA EMPREGADA PARA O TRABALHO DE PESQUISA.....	8
1.1 A necessidade de uma pesquisa qualitativa.....	8
1.2 Dos recursos adotados para a coleta de dados e informações.....	9
1.2.1 A observação.....	9
1.2.2 A entrevista como meio de captação de informações.....	10
1.3 Recursos secundários.....	12
1.3.1 Matérias jornalísticas.....	12
1.3.2 Internet.....	13
1.4 Considerações gerais sobre a metodologia.....	14
2. PERCORRENDO PARANGABA: RECONTANDO A HISTÓRIA.....	16
2.1 A antiga aldeia indígena.....	16
2.2 Sobre o nome Parangaba.....	17
2.3 A Vila de Arronches.....	18
2.4 Séculos XIX e XX: finalmente Parangaba.....	22
2.5 Passado, Presente e Futuro: o transporte com parte da história de Parangaba.....	27
2.6 Breve descrição da Parangaba atual.....	28
3. O BAIRRO NARRADO.....	33
3.1 Desmontando uma velha “falsa verdade”.....	34
3.2 Depoimentos: construção da memória social no tempo.....	35
3.3 Relação espaço físico e memória.....	40
4. PATRIMÔNIO EM PARANGABA: ELEMENTOS MATERIAIS QUE CONSTITUEM A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL.....	46

4.1 Em busca de um conceito sobre “patrimônio”.....	46
4.2 Elementos matérias que evidenciam a problemática da preservação em um contexto contemporâneo.....	49
4.3 Dilemas entre modificar e preservar.....	56
5. INTERVENÇÕES URBANAS E REDEFINIÇÕES DO ESPAÇO EM PARANGABA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas na área da Antropologia Urbana ganharam muito espaço nos últimos anos no campo da produção científica. Nesse meio merecem destaque os estudos de bairro, um novo campo de atuação da disciplina antropológica. Estes abordam diferentes temáticas relacionadas à cidade e seus conteúdos são sempre fontes de conhecimento e de compreensão sobre o “fenômeno urbano”. A cidade é o campo dos contrastes, dos conflitos, dos encontros entre desconhecidos. O ambiente urbano é o espaço das diversidades, do medo, das angústias, das disputas, etc.

Nesse sentido, qualquer definição parcial sobre o que é cidade torna-se, de antemão, nulo. A razão disso é aquilo mesmo que citei linhas acima. O espaço urbano é constituído de elementos diferentes ao mesmo tempo em que são dependentes, fazendo com que a cidade seja constituída por diversos espaços específicos a ponto de ser possível a afirmação de que existem “várias cidades”, dentro de um núcleo urbano.

Inicia-se aqui um trabalho que tem como foco um caso específico de construção social da memória na moderna Fortaleza, observando como ela apresenta uma espécie de “conflito” entre aqueles que vêem a modificação e modernização dos equipamentos urbanos como único caminho possível para a solução dos problemas da cidade e aqueles que defendem a “preservação” de certos espaços ou lugares como forma de manter “vivo” o passado.

A razão de abordar esta temática como trabalho de produção acadêmica é bastante justificada: já faz certo tempo que o estudo do “fenômeno urbano” ocupou espaço de destaque na Sociologia e áreas afins. O objeto desta pesquisa começou a ser delineado há cerca de cinco anos, mas somente nos últimos dois ou três anos é que ele adquiriu contornos mais definidos. Resolvi estudar os processos de construção da memória social no bairro Parangaba, localizado na zona sudeste da capital cearense, devido a uma série de condições que instigaram – e instigam -- casos dessa natureza. Passo a descrever agora os fatores que utilizo como justificativa para percorrer este caminho.

O caso de Parangaba como um objeto de estudo acadêmico mostra-se relevante não só pela história particular do local, mas também por uma série de elementos que evidenciam as transformações as quais o bairro vivencia. É necessário ressaltar que Parangaba, até as primeiras décadas do século XX, gozou de autonomia política, sendo incorporado posteriormente ao município de Fortaleza. É verdade que o exemplo o qual aqui é foco de investigação científica não é único, mas chama atenção para certos elementos que merecem um olhar específico.

As mudanças que ocorrem em Parangaba nos tempos atuais fazem com que o espaço adquira novos equipamentos, dando-lhe diversos usos, atraindo novos atores sociais, enfim, alterando toda a configuração espacial. Nesse cenário, surgem as “disputas” ou “conflitos”, típicos dos centros urbanos. Um dos mais evidentes diz respeito aos processos de construção da memória social do lugar e os modelos de intervenção postos em prática pelos órgãos oficiais no sentido de “conservar” o passado local.

Algumas características podem ser observadas a respeito dos processos de transformação de Fortaleza nas últimas décadas. A capital do Ceará registrou grande crescimento populacional desde a década de 1980. Boa parte da população migrada estabeleceu-se nas periferias da capital, ocupando áreas consideradas insalubres, contribuindo, assim, com o processo de “inchamento urbano”. A necessidade de “preparar a cidade” para superar o seu suposto atraso obrigou a criação de diversos equipamentos urbanos, cuja finalidade dos mesmos é promover o crescimento da metrópole tanto no âmbito econômico, social e cultural. A construção desses equipamentos provoca intervenções, transformações e redefinições nos usos do espaço urbano. Estes, conseqüentemente, sofrem importantes alterações em suas configurações.

No caso de Parangaba, é exatamente essa combinação de intervenções com a criação de equipamentos, sejam esses para a promoção cultural ou para incentivar o crescimento, que o dilema entre passado e presente pode ser visto como um “conflito”. Como pôde ser percebido, nos últimos quatro ou cinco anos, houve inúmeras “batalhas” entre correntes de pensamento que querem a manutenção de certos espaços como meios de produção da memória social, estas formadas, sobretudo por moradores do bairro, e os adeptos da modernização como caminho

viável para o crescimento e melhoria das condições sociais da população em geral, corrente essa que possui como seus integrantes especialmente comerciantes e pessoas que de alguma forma ou de outra estão relacionadas com atividades políticas. Os que defendem a “preservação” de antigos espaços e edificações são moradores organizados em movimento social, no qual estão inseridos diferentes atores. Mesmo existindo diferenças internas, seu objetivo é a manutenção de elementos que condicionam a construção da memória, tais como, as antigas edificações e o principal espaço natural do bairro. Por outro lado, os adeptos do crescimento e da modernização entendem que é preciso manter os suportes para a construção da memória social, mas, diante da necessidade urgente da cidade em superar o seu histórico “atraso” afirmam que a capital não pode mais esperar. Este segmento é composto basicamente pelos responsáveis pela implantação e construção do metrô de Fortaleza, ou seja, os setores governamentais, a indústria da engenharia pesada (empreiteiras) e também da construção civil.

Os processos de construção e representação da memória social em Parangaba apresentam uma conhecida relação entre “preservar” e “modificar”. Se por um lado, os moradores, representados por meio de uma associação, querem a manutenção e requalificação de antigos prédios, para em seguida, atribuir-lhes novos usos, os que defendem a construção de novos equipamentos urbanos estão apoiados na visão de que é preciso encontrar meios que promovam o crescimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais da cidade de Fortaleza.

O caso aqui analisado não é um exemplo único. As cidades brasileiras estão experimentando, desde a década de 1970, processos de crescimento em que passado e presente dialogam e ao mesmo tempo entram em conflito, provocando importantes transformações no imaginário sócio-espacial urbano (BARREIRA; 2001; 2003). Partindo desta fundamentação, não fica, a princípio, difícil entendermos o porquê do caso específico de Parangaba ter gerado tantos debates, alguns deles bastante acirrados, entre os que estão do lado da manutenção dos chamados “espaços de memória” e os que defendem as transformações por meio da criação de empreendimentos que promovam o crescimento do bairro em consonância com os processos de transformação experimentados na contemporaneidade.

Em 2007, durante um seminário realizado em comemoração ao aniversário da capital cearense, essas duas correntes mostraram seus fundamentos. O movimento preservacionista de Parangaba afirmava que era preciso o bem patrimonial ser mantido intacto e que ali fossem feitas intervenções de modo a promover atividades culturais no bairro; do outro lado, os responsáveis pelo Metrofor,¹ obra que representa a Fortaleza num contexto de crescimento e principal equipamento urbano que redefinirá o uso de diversos espaços pela cidade, ratificavam a urgência em concluir aquele trecho do novo meio de transporte, pois o mesmo estava na lista de prioridades do Governo Federal e que uma mudança no projeto poderia inviabilizar sua construção.²

O estudo da construção da memória social urbana e dos processos de intervenção que eles podem ocasionar possui uma vasta literatura. A própria cidade de Fortaleza é um exemplo disso, embora geralmente as políticas de intervenção sejam voltadas para certos locais (especialmente o centro e seu entorno). A produção bibliográfica resultante desses processos mostra-se bastante relevante para a compreensão do caso aqui estudado. No caso de Parangaba, entretanto, a ausência de material relativo ao surgimento e crescimento do bairro constitui-se um desafio a mais. Talvez por isso mesmo é que uma pesquisa sobre este bairro torne-se algo tão relevante.

Porque a memória e porque Parangaba?

Os debates ocorridos ultimamente, tanto no meio acadêmico quanto no âmbito da administração da cidade, sobre a manutenção dos chamados espaços de memória em Fortaleza têm apresentado certos modismos, como aqueles que afirmam que a cidade já perdeu grande parte dos elementos que servem de base

1 METROFOR, Metrô de Fortaleza. A obra teve seu início no final dos anos 1990 e ainda está em andamento.

2 Em 2007 o Governo Federal lançou um programa de investimentos em infra-estrutura e ações sociais chamado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), cuja finalidade era agilizar a construção e modernização em diversos setores estruturais. O METROFOR está incluído nesse conjunto de ações.

para a construção da memória social, destruindo-os para dar lugar a novos empreendimentos. Essa idéia já está tão difundida que, quando da destruição de qualquer prédio antigo, tais demolições são justificadas como exemplos de que a cidade não preserva o seu passado.

Na verdade, há pelo menos dois tipos de discurso quando é tratada a questão da preservação. Uma corrente de discurso de crítica social afirma veementemente que a cidade está perdendo ou já perdeu sua identidade para a feição econômica homogeneizadora. Sua fundamentação é sempre carregada de uma nostalgia, configurando o passado em uma “felicidade perdida”. A segunda linha é adepta da transformação de espaços, dando-lhes novas funcionalidades. Está exposta aí a idéia de revitalização, algumas vezes levada a cabo pelo poder público. No caso de Parangaba, o movimento que intenciona a manutenção das antigas edificações é formado por integrantes que são defensores de ambas as ideias, contribuindo, conseqüentemente, para que esse apresente discursos um tanto ambíguos quando se refere ao modelo de intervenção que deve ser posto em prática no bairro.

“Os discursos remetem à idéia de preservação, controle, revitalização, apresentando diferentes sintonias entre a cidade e sua história. Um ponto comum entre as diferentes perspectivas é a busca de recomposição das perdas através de formas efetivas de intervenção” (BARREIRA, 2003: 219).

A construção da memória social não é restrita, obviamente, ao fato de que uma antiga construção seja mantida ou não. Os espaços urbanos estão sempre sendo redesenhados conforme mudam os contextos sócio-econômicos e as conjunturas políticas e isso, obviamente, é resultado da participação dos diversos atores sociais no cenário material (HALBWACHS, 1990). A memória urbana, portanto, se faz por meio das ações dos grupos sobre as cidades.

A temática da conservação e restauração de antigos espaços sempre apareceu nos discursos políticos, mas somente nos últimos anos é que algumas políticas direcionadas para essas questões foram desenvolvidas e implementadas. Em diversas cidades brasileiras (e também em outros países), foram criados projetos no sentido de “revitalizar” antigos espaços ditos “degradados”. Fortaleza não foi (e não é) exceção e Parangaba apresenta-se como um caso emblemático. A produção acadêmica que aborda esse foco de investigação, bastante desenvolvida

ultimamente, pode ser entendida como o resultado da importância que a temática da memória urbana assumiu como um objeto bastante relevante. O estudo que aqui proponho realizar sobre este tradicional bairro de Fortaleza assume a importância de contribuir para o campo da etnografia urbana por meio da pesquisa sócio-antropológica, no sentido de buscar compreender os processos de construção da memória social em um contexto onde o “conflito” entre crescimento e preservação parece mais intenso do que nunca. Pretendo, assim, estudar um espaço mais específico, saindo do tradicional foco de atuação quando o assunto é memória urbana da capital do Ceará. Com isso, o objetivo aqui é analisar espaços mais “estratégicos”, uma vez que o local objeto desta pesquisa está relativamente distante do centro da capital e do seu entorno, bairros que geralmente ocupam os estudos sobre memória e patrimônio urbano.

O objetivo aqui é compreender quais os significados que as antigas edificações assumem como suportes para a construção da memória social no bairro Parangaba, por meio de análise sócio-antropológica e como essas estão contextualizadas no processo de desenvolvimento da Fortaleza contemporânea. Além disso, é importante analisar aqui a atuação do movimento social organizado em defesa do patrimônio urbano arquitetônico local. A existência desse constitui-se um fator preponderante para a compreensão dos processos existentes na construção da memória social urbana.

Ademais, a participação de moradores, através de reivindicações para que antigos prédios sejam tombados pelo instituto de patrimônio do município e sua recuperação para depois transformá-los em espaços de uso comum, pode ser incluída naquilo que comumente é chamado de “transformação planejada”. Esse modelo de intervenção é bastante defendido por correntes mais abertas à perspectiva de que não basta apenas manter os conjuntos arquitetônicos de pé, mas dar-lhes novos significados e, como já foi dito, o movimento organizado dos moradores do bairro é, de modo geral, adepto desse tipo de intervenção, embora nem todos os seus integrantes concordem com essa posição.

A intenção aqui é abordar e compreender os significados que o antigo conjunto arquitetônico assume nos processos de construção da memória social urbana em Parangaba, um bairro situado entre um passado evidente e um presente

em constante transformação. Não se pretende aqui estabelecer definições uma vez que, em se tratando do urbano, um campo onde as relações estão sempre em constantes mudanças, não se pode, obviamente, querer encerrar uma discussão em um simples trabalho de dissertação. Ironia ou não, essas mudanças contínuas e ao mesmo tempo imprevisíveis são os fatores que indicam novas possibilidades para a investigação do “fenômeno urbano”.

O trabalho de dissertação está dividido nas seguintes abordagens: reconstituição histórica do bairro; descrição de algumas características e aspectos cotidianos do local; análise da memória social por meio das narrativas de antigos moradores de Parangaba; considerações sobre o patrimônio edificado como suporte para a construção da memória social; e, por fim, abordagem dos processos de intervenção urbana e seus impactos nas redefinições de uso do espaço em questão.

A memória de um bairro ou de qualquer cidade é constituída tanto por aspectos materiais como humanos. Nesse sentido, a pesquisa sobre memória tem como objetivo aqui interpretar as diversas visões dos moradores e as transformações ocorridas no espaço de Parangaba, com a finalidade de esclarecer o que contribui para a construção ou desconstrução social da memória local.

As intervenções urbanas, por seu lado, constituem uma ferramenta que indica a possibilidade de redefinições dos espaços urbanos nos quais elas estão sendo postas em prática. Ao serem realizadas ações no sentido de “revitalizar” ou “transformar” determinados espaços, a configuração desses sofre metamorfoses no que diz respeito às relações entre indivíduos e lugares. Um dos resultados que podem ser obtidos por meio dessas práticas é a atração de novos segmentos que antes não freqüentavam o local antes do mesmo se tornar alvo de políticas que visam redefini-los. Buscar entender como isso ocorre em Parangaba será o objeto do último capítulo deste trabalho. Note-se, contudo, que podem ficar perguntas sem respostas, visto que a principal obra de intervenção no bairro ainda não está concluída. Lembro, entretanto, que já é possível perceber a chegada do “novo” no tradicional bairro, fato este que descreverei no referido capítulo.

Antes, farei uma breve descrição da metodologia empregada para a elaboração deste trabalho, mostrando quais recursos foram utilizados na obtenção de informações e algumas considerações sobre o estar no campo de pesquisa.

1. SOBRE A METODOLOGIA EMPREGADA PARA O TRABALHO DE PESQUISA

Em um ensaio sobre o fazer antropologia na cidade, Magnani (2000) questiona se é possível analisar, utilizando os mesmos procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas com as sociedades ditas “primitivas”, os complexos centros urbanos.

“(…) podem os antropólogos, com os conceitos e instrumentos de pesquisa forjados no estudo dos então chamados ‘primitivos’ – observação participante, análise qualitativa, foco de análise dirigido para recortes empíricos bem limitados e definidos -, dar conta da complexidade que caracteriza as sociedades contemporâneas? Como estabelecer as medições necessárias entre o trabalho de campo – particularizado, minucioso, atento para cada detalhe – e instâncias interpretativas mais amplas? Poderão superar, os antropólogos, a tentação do ‘padrão aldeia’ e assim articular a singularidade de seu objeto com outras variáveis da vida urbana, principalmente nas grandes e superpovoadas metrópoles? (MAGNANI; 2000 p. 20)”.

Tal questionamento não pode ser considerado nenhuma “surpresa”. Sabemos, pois, que, enquanto os grupos chamados tradicionais constituem um objeto mais ou menos delimitado, o fenômeno urbano nos oferece inúmeros caminhos ou possibilidades de investigação. Historicamente a disciplina antropológica esteve ligada ao estudo do “primitivo”, do “tradicional”, do “exótico”. Ela começa a se interessar pela metrópole somente na segunda metade do século XX. Creio, entretanto, que o seja possível utilizar os mesmos mecanismos empregados na pesquisa com grupos tradicionais. Para isso se faz necessário adotarmos os chamados “recortes” do meio urbano. Realizado esse processo, torna-se viável a realização do trabalho antropológico, uma vez que já teremos aí a delimitação do objeto que se deseja explorar. Passemos, então, a considerar os meios empregados no processo de produção da etnografia urbana.

1.1 A necessidade de uma pesquisa qualitativa

As pesquisas que têm como foco central o “urbano”, mas não somente elas exigem muito a presença do pesquisador no campo de trabalho. Esse método de

pesquisa é o que podemos chamar de qualitativo, pois, diferente dos modelos quantitativos, onde são usados gráficos, tabelas, resultados de pesquisas feitas por amostragem, o empreendimento científico do tipo qualitativo tem como um de seus fundamentos primordiais o contato freqüente com os atores sociais e com o espaço pesquisado.

Para a realização dessa dissertação foi necessária a estadia no local que constitui o tema da futura dissertação. Como o fenômeno urbano é demasiadamente complexo, é importante levar em consideração o fator exploratório do trabalho de campo. A antropologia exige, assim como áreas afins, um rigor científico e metodológico como princípio fundamental, cuja finalidade é a compreensão detalhada das problemáticas que estão inseridas no objeto estudado.

Deste modo, pesquisas urbanas requerem técnicas de pesquisa que são essenciais na elaboração do trabalho. Para isso, considere alguns aspectos que acredito sejam relevantes para a escolha do objeto e das temáticas a serem trabalhadas. O primeiro deles foi o meu interesse pelo campo da antropologia urbana. Levando em conta este primeiro fator, o segundo são as relevâncias das problemáticas que serão abordadas neste trabalho. Assim, por exemplo, a questão do patrimônio, muitas vezes trabalhada considerando-se a cidade de Fortaleza como um todo, aqui será analisada com base em um caso específico. Isto é importante uma vez que sempre há a tendência de se valorizar o “macro” em detrimento do “micro” (GONDIM & LIMA, 2006), quando, na verdade, objetos ditos “menores”, como é o caso aqui analisado, podem trazer informações tão essenciais quanto àquelas existentes em campos “maiores” de observação. O terceiro fator que norteia a produção desta pesquisa é a sua viabilidade quanto à acessibilidade no que diz respeito à observação, às entrevistas realizadas, entre outros recursos de pesquisa que estão próximos ao pesquisador. Nunca é demais lembrar que os estudos de bairros têm ocupado espaço significativo na produção acadêmica. Basta uma simples verificação para nos depararmos com pesquisas que abordam o Centro, a Praia de Iracema, entre outros.

1.2 Dos recursos adotados para coleta de dados e informações

1.2.1 A observação

Dentre as técnicas de pesquisa que adotei como forma de coleta de dados, está a *observação*. Ela constitui a primeira etapa do processo de produção do trabalho etnográfico. Este olhar sobre o objeto não é um olhar qualquer, pois, como nos diz Cardoso de Oliveira (1988, p. 19) é um olhar todo especial que se projeta sobre o objeto mudando completamente a visão ou a concepção que se tem sobre o mesmo. Por isso diria que esta visão seria uma espécie de observação interpretativa, uma vez que o objeto de estudo deixa de ser algo “vulgar” e passa a ser um fenômeno passível de atenção específica.

É por meio desse olhar que se pode notar, por exemplo, que o bairro Parangaba é um dos mais dinâmicos da cidade. Pelo movimento da chegada e saída dos ônibus de seu terminal é possível estabelecer uma relação entre o bairro e o sistema de transporte público da cidade. Pela disposição de antigas construções, tais como, a Igreja Matriz e a praça central, temos uma percepção de como era a geografia das cidades do período colonial (lembramos que Parangaba no passado foi município).

Trata-se, portanto, de uma experiência de transformar o objeto por meio de uma técnica toda especial a qual está condicionada ao olhar antropológico. Oliveira (1988, p. 19) afirma, que o objeto “(...) não seria visto com ingenuidade, como uma mera curiosidade diante do exótico, porém com um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível”.

A observação consiste em, além de acrescentar informações àquelas obtidas por meio dos depoimentos, desconstruir visões estereotipadas que são concebidas pelo olhar vulgar sobre determinado objeto. Ela tem o objetivo de provocar no pesquisador aquilo que é conhecido na linguagem das ciências sociais por “conversão do olhar”, ou seja, substituir aquela visão simplista por uma sociológica de cunho analítico em relação a um fenômeno passível de problemáticas.

1.2.2 A entrevista como meio de captação de informações

A segunda etapa do processo de produção etnográfica é a entrevista como forma de coletar informações. O critério para a escolha dos informantes é fundamental para o progresso do empreendimento. Optei por entrevistar pessoas idosas por serem essas capazes de possuir um poder de informação maior pelo fato

de serem dotadas de uma larga experiência de vida. É importante ressaltar, contudo, que devido à existência de um movimento social organizado em defesa do patrimônio urbano em Parangaba, este também se tornou, evidentemente, uma fonte de informações da mais relevante importância. Nem precisa relatar aqui a participação deste movimento no processo de tombamento de bens materiais do bairro.

Esta etapa do processo etnográfico é um dos fatores que norteiam o trabalho antropológico de campo. Cardoso de Oliveira (1988) a classifica, assim como o olhar, como uma “faculdade do entendimento” sócio-cultural, essencial para a compreensão das ciências sociais. Para esse autor, a entrevista é uma espécie de ouvir diferenciado que deve ser praticado com um cuidado rigoroso. A história de vida, empregada aqui nesta pesquisa (foram ouvidos sete moradores, basicamente idosos, por razões óbvias), se mostra um recurso bastante prestigiado, ao qual recorrem os antropólogos, pois, este instrumento é quase que ligado exclusivamente à antropologia, mas que vem sendo reivindicado também pela sociologia e pela história (Debert, 2006).

A entrevista é o meio de detalhar o trabalho do antropólogo e é a chave para um mundo de conhecimento, na medida em que ela revela, ao pesquisador, informações as quais não seriam obtidas sem a sua realização. Há de se mencionar, entretanto, que é devidamente correto apelar para o bom senso nessas ocasiões uma vez que podem ocorrer excessos por parte do pesquisador na tentativa de obter informações sem o consentimento do informante. Para esta dissertação foram entrevistados diferentes moradores, além dos mais antigos, citado acima, foram ouvidos também alguns jovens e algumas pessoas que não residem, mas freqüentam o bairro, totalizando aproximadamente vinte indivíduos.

O pesquisador pode enfrentar momentos de embaraços e constrangimentos quando algum possível informante se recusa a dar informações. Essa situação, todavia, deve ser vista pelo antropólogo como normal, já que faz parte do ofício da pesquisa. Além disso, quando o pesquisador não pertence ao campo de trabalho, o círculo de convivências com os informantes torna-se restrito, dificultando o acesso às revelações as quais são consideradas primordiais na elaboração do trabalho,

como nos mostra Moura (2003, p. 49) em uma pesquisa sobre modos de vida e sociabilidades em condomínios fechados.

“A certa altura, ela [uma moradora] me perguntou qual era minha casa. Quando eu disse que não morava no condomínio e que estava fazendo uma pesquisa, ela simplesmente virou as costas e foi conversar com outra pessoa, também moradora. (...) O fato de eu não ser ‘vizinha’ ou ‘parente’ vem restringindo meu acesso ao círculo de convivência que sei existir no condomínio. (MOURA, 2003 p. 49)”.

Alguns das pessoas que tentei entrevistar se negaram a fazê-lo, seja simplesmente por não se sentirem à vontade para passar informações ou por temerem que eu estivesse pretendendo obter algum tipo de vantagem. O fato de não ser morador do bairro e, portanto, ser um “estranho” contribuiu também para que alguns não quisessem passar informações. As barreiras que existem entre o pesquisador e os sujeitos que são o alvo da investigação podem tornar-se empecilhos para a coleta de informações, mas esse é um desafio a mais para os estudiosos do urbano. Trata-se da conhecida necessidade de converter o exótico em familiar e vice-versa. Nas entrevistas é importante adotar questionários, entretanto, em certos casos, as conversas ditas “informais” e sem o uso de equipamentos de gravação podem trazer resultados bastante relevantes.

Por fim, temos que reafirmar que a entrevista, como se sabe, constitui um meio de extrair informações daqueles que fazem parte do mundo pesquisado. É por meio dela que o pesquisador espera, ao final de seu trabalho, chegar à conclusão sobre o que faz os membros de uma determinada organização social se sentirem como pertencentes a essa, quais os significados eles atribuem ao fato de ali estarem inseridos. Como nos diz Geertz (2006), o que importa é saber o que eles (os membros do grupo) estão fazendo.

1.3 Recursos secundários

1.3.1 Matérias jornalísticas

Além das ferramentas descritas acima (a observação e a entrevista), para este trabalho sobre Parangaba um importante instrumento de obtenção de informações são as notícias veiculadas nos principais jornais de circulação da cidade. Por meio desses meios de comunicação, foi possível recolher informações

significativas a respeito dos rumos da luta travada entre os moradores, mais especificamente aqueles que estavam organizados no movimento de defesa do patrimônio urbano edificado, e os responsáveis pelo metrô, encabeçados pelos diretores da companhia de administração do metrô de Fortaleza. Note-se que nesses conteúdos existem discursos de ambas as partes e os mesmos podem acrescentar informações tão importantes quanto aquelas obtidas por meio da realização de entrevistas. Isso vale principalmente para os diretores do transporte, onde as únicas falas obtidas ocorreram durante a realização da coleta de material para a pesquisa.

Interessante notar como as informações sobre este assunto são tratadas pelos veículos de comunicação. Uma delas, cujo título é *História da Parangaba ameaçada*, trazia uma perspectiva de que a cidade não preserva seus antigos espaços diante do “avanço da modernidade”. Nesse período, o METROFOR havia proposto a demolição do prédio e em seu lugar a construção de um memorial para o bairro. Sobre isto é interessante observar os discursos dos envolvidos na questão:

“Não questionamos a competência do Metrofor em propor a obra (da Estação Metroviária da Parangaba). Questionamos o local em que ela está prevista para ser construída”. (Alexandre Gomes, Comitê Pró-tombamento). Por outro lado temos: “Se não fizermos esse viaduto, teremos muitos problemas, porque aqui já existe um nó viário muito grande”, continua, “problemas sérios de custos e de prazos” (Fernando Mota, assessor do Metrofor) .

Temos, aí, portanto, um exemplo de como a coleta desse tipo de material revela-se um valioso mecanismo de obtenção de informações e, por conseguinte, sirva como elemento para a compreensão dos processos que envolvem a problemática do patrimônio urbano edificado.

1.3.2 Internet

Por meio da coleta de dados, via rede mundial de computadores, foi possível obter algumas informações sobre o bairro Parangaba, particularmente sobre as origens do local, inclusive com a presença de mapas e ilustrações. Foi também através desse mecanismo que houve a aquisição de mapas do projeto do metrô da

capital cearense, tanto no que diz respeito ao projeto atual quanto para futuras expansões. Interessante notar a presença de um blog sobre estações ferroviárias, onde seguidores expressam sua opinião sobre o tombamento do bem patrimonial. Outro recurso disponível na web e que serve como matéria extra de apoio são reportagens produzidas por alguns telejornais locais, sobre o bairro e a obra do metrô. O conjunto desses elementos foi importante para a elaboração da dissertação, pois, da mesma forma que os conteúdos de jornal impresso, possuem visões dos atores sociais envolvidos na problemática em Parangaba.

1.4 Considerações gerais sobre a metodologia

A complexidade que permeia o objeto proposto por esta pesquisa está fundamentada na idéia de que, no contexto da dinâmica urbana, os espaços simbólicos representam uma esfera que requer diferentes perspectivas metodológicas.

A antropologia interpretativa de Geertz, na medida em que esse autor concebe a cultura como algo não estático, é possível articular seu modelo a uma perspectiva interacional, pois, ao creditar à cultura um enfoque semiótico ao mesmo tempo em que é vista como um sistema complexo de relações, sua lógica interna acarreta, para ser apreendida, um esforço metodológico de uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978).

O estudo de um exemplo bastante relevante para a cidade de Fortaleza na questão do patrimônio urbano possui grande viabilidade na medida em que há um referencial diversificado no campo das ciências sociais, o que permite confrontar diferentes perspectivas. Torna-se importante identificar quais os procedimentos adotados pelos teóricos que fizeram pesquisas semelhantes, destacando os desafios metodológicos e existenciais no campo empírico. Destaque-se a contribuição sócio-antropológica produzida por Velho e Kuschinir (2003), onde são expostos alguns desafios e dificuldades enfrentados pelo pesquisador da cidade.

Desse modo, a análise sistemática dos processos de construção da memória social e intervenção urbana do bairro Parangaba, aqui proposta, consiste em buscar a compreensão dos “conflitos” existentes entre as correntes envolvidas, sem, contudo, cair em abordagens mecanicistas. Assim, o simples trabalho de descrição posteriormente dará lugar à análise interpretativa dos resultados obtidos que são o caminho para o entendimento dos processos de construção da memória. A etnografia assume várias características, tais como, a observação, a coleta e análise de dados, a interpretação dos fenômenos. Gonçalves nos mostra que o termo etnografia pode ser apresentado sob diferentes perspectivas de acordo com a corrente de pensamento. Assim, a autora faz uma análise do conceito na visão de Lévi-Strauss, de Geertz e de Malinowski. Para este trabalho, as perspectivas dos dois primeiros encaixam-se melhor por abordarem as questões da observação, coleta e análise de dados, interpretação dos fenômenos, cultura e identidade.

A pesquisa aqui desenvolvida está fundamentada na análise do material coletado (entrevistas, documentos e literatura) para, no final, apresentar conclusões obtidas por meio da interpretação das informações obtidas.

De acordo com Gondim e Lima (2006 p. 71), a escolha do tema para pesquisa exige antes um estudo exploratório como forma de apoio ao compêndio que se seguirá. Esta etapa, segundo os autores, deve compreender a definição do objeto, a revisão da literatura, a escolha do referencial teórico e a explicitação da metodologia.

A literatura escolhida trata dos temas que serão abordados ao longo do trabalho. Os textos utilizados como suporte teórico trazem como eixos centrais as questões da memória, patrimônio, cotidiano, cultura e identidade. São textos os quais classifiquei como prioritárias e que ajudam a construir o referencial teórico das temáticas trabalhadas. Outras fontes de informação são os documentos relativos ao bairro que, apesar de serem escassos, trazem grande contribuição para a compreensão do processo de transformação do bairro. Quanto ao processo metodológico, além da coleta de dados, a observação e a entrevista constituem etapas do processo de desenvolvimento da etnografia.

Durante toda a pesquisa, o diário de campo foi utilizado como meio para a aquisição de resultados qualitativos. A utilização de recursos audiovisuais representa

também importantes ferramentas no campo da pesquisa etnográfica para a compreensão dos simbolismos e práticas sociais existentes no contexto da produção da memória social e material no espaço urbano em questão.

2. PERCORRENDO PARANGABA: RECONTANDO A HISTÓRIA

2.1 A antiga aldeia indígena

A área onde se situa o atual bairro de Parangaba era originalmente ocupada por índios oriundos dos povos tupi-guarani. Existiam, naquele período, segundo indica uma pesquisa realizada por Silva (2006), cerca de setenta tribos que ocupavam o território que compreende o atual estado do Ceará. Essas comunidades nativas foram desaparecendo pouco a pouco à medida que avançavam os primeiros grupos de colonização da Coroa Portuguesa.

Note-se, contudo, que a criação de diversas vilas por parte da metrópole, mais de um século depois dos primeiros registros da presença de colonizadores europeus nas tribos, não é o fator determinante para o colapso dessas. Existem evidências concretas de que quando da criação dos novos povoados, o número de habitantes índios ainda era considerável.

Os primeiros registros de presença portuguesa no que é hoje o bairro Parangaba datam do ano de 1603. Notadamente, eram religiosos que atuavam nas conhecidas missões jesuíticas, enviados pela Coroa com a finalidade de “catequizar” os povos autônomos. Essa situação se repetiu em praticamente todos os locais que originalmente eram ocupados pelos nativos e que cerca de um século depois deram origem às vilas.



Figura Mapa da costa do Ceará, século XVII. Fonte: Wikipedia.org

Cerca de quatro anos depois desse primeiro registro, os padres jesuítas iniciaram os trabalhos de evangelização dos antigos habitantes da aldeia. Ao que tudo indica, essa ação de ordem religiosa ocorrida naquele lugar foi o marco inicial do processo de catequização dos índios em todo o território cearense. Foi, porém, na segunda metade do século XVII, que a Companhia de Jesus realizou a atividade de evangelização mais precisamente entre os anos de 1662 e 1671. É constatado, também, que coube àquela organização a função administrativa quando da criação de algumas vilas (Leite; 1943).

2.2 Sobre o nome Parangaba

O atual bairro tem seu nome herdado dos tempos que fora aldeia. Vale lembrar, no entanto, que em vários registros históricos, a denominação do lugar é apresentada como “Porangaba” e não “Parangaba”. Esta diferença na escrita tem implicações importantes quanto ao significado deste termo. O primeiro, originário do tupi-guarani significa mais ou menos algo como “beleza” ou “formosura”; o segundo, também na língua nativa, possui significado completamente discrepante, sendo entendido como “madeira dura”.³

³ A versão que diz que “Parangaba” significa “madeira dura” foi apresentada pelo tele-jornal CETV, na sessão “Meu Bairro na TV”, maio de 2009. Não se pode considerá-la oficial já que a matéria exibida não cita a fonte.

Não há versões oficiais a respeito do verdadeiro significado dessas palavras, sendo que ambas, em muitos casos, são entendidas como um só termo sob a justificativa de que o atual nome soa melhor do que o original. Alguns dos moradores entrevistados afirmam que acreditam no primeiro significado.

De todo modo, o fator crucial para o desenvolvimento do lugar foi a sua elevação à categoria de vila, ocorrida na segunda metade do século XVIII, sob o nome bem típico do período de fundação de novos povoados, cujas denominações eram inspiradas nos nomes de municípios da metrópole colonizadora. Surgiu assim a Vila Nova Real de Arronches, que passo a descrever a seguir.

2.3 A Vila de Arronches

Como parte do processo e da política de colonização praticada pela administração colonial no Brasil foram criados diversos povoados que mais tarde foram elevados à condição de vilas autônomas. Muitas dessas deram origem à diversas cidades, outras constituem distritos ou bairros, como este que é o tema desta investigação.

No Ceará, durante a segunda metade do século XVIII, muitos povoados, que, como já foi explicitado, são oriundos de antigas ocupações indígenas, foram inaugurados sob a condição de vilas que possuíam administrações próprias, gozando de autonomia política entre si, mas sempre sob a tutela da Coroa.

De acordo com a pesquisa documental realizada por Studart (2001, [1896]), a Vila Nova de Arronches foi a terceira, em ordem cronológica, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração colonial. Segue abaixo trecho extraído dos escritos de Studart:

“O ano de 1759 foi um importante ano no processo de criação das vilas. Vila Viçosa Real foi criada em 7 de julho, Vila nova do Soure em 15 de outubro e *Vila nova de Arronches em 21 do mesmo mês*. Vila nova de Mecejana foi criada em 01 de janeiro de 1760 e a vila de Montemor, o novo da América somente quatro anos depois, em 14 de abril de 1764 (STUDART [2001, 1896], grifos meus).



Figura Município de Arronches, Portugal. Fonte: Google Earth

Algumas dessas vilas conservaram o nome dado pela colonização portuguesa, nomes esses, como já foram mencionados, são municípios de Portugal que emprestaram suas denominações para os novos povoados da colônia. Muitas, entretanto, adotaram termos que remontam às origens indígenas. A título de curiosidade, além de Arronches que é a atual Parangaba; a Vila do Soure é o que corresponde ao município de Caucaia; Mecejana conservou o nome, mas com a forma de escrita modificada: “Messejana”; e, por fim, a vila de Montemor situava-se no que é hoje Pacajús.

O resumo da criação da vila de Arronches pode ser visto na descrição abaixo, segundo documentos elaborados pelo Arquivo Histórico Ultramarino (abreviado AHU), órgão criado pela administração da colônia, no qual foram registradas as inaugurações dos novos povoados autônomos, citados por Silva (2006):

Vila nova de Arronches, anteriormente **aldeia da Parangaba**, orago o Sr. Bom Jesus, vigário o Pe. Antonio Coelho dos Amarais, diretor o sargento Manuel de Oliveira, mestre o soldado José Vieira de Melo, marca pertencente a dita vila para distinção dos gados dos seus moradores (AHU, caixa do Ceará nº 6, 1759, apud SILVA (2006) p.93, grifos no original).

Para que uma nova administração autônoma fosse criada, era necessário o cumprimento de certas regras, particularmente questões de ordem e planejamento urbanístico. Assim sendo, uma vila só podia ser instaurada mediante a apresentação um plano técnico que atendesse aos requisitos impostos pela metrópole. Constava

nas cartas régias a exigência de que as furas unidades administrativas teriam de demarcar locais específicos, tais como, onde seria erguida a igreja, onde seria construída a praça, em quais pontos ruas seriam abertas, entre outras instalações que eram consideradas “importantes” para a Coroa. Silva (2006), seguindo o raciocínio de Omegna, constata que:

“As condições e os critérios para a escolha do local e a fundação das vilas (...) deveriam observar a facilidade de contato com outras cidades; a atribuição de área suficiente para que não houvesse interferências das atividades de uma sobre as outras; a facilidade de defesas dos inimigos (indígenas ou outros vindos do mar), preferencialmente em pontos altos, a proximidade de grupos indígenas para a arregimentação de força de trabalho e a realização de comércio de produtos nativos, e a fertilidade e a riqueza do subsolo (SILVA; 2006, p. 97)”.

Note-se que algumas marcas desse planejamento urbano ainda são visíveis no bairro Parangaba. Evidentemente, as primeiras construções não mais existem, contudo a disposição de certos equipamentos, como a igreja matriz e a praça principal do local remonta ao período de sua criação e inauguração.

Já dissemos que os primeiros administradores das recém criadas vilas foram os padres pertencentes à Companhia de Jesus. Ali, além da ocupação pública, eles introduziram algumas atividades econômicas, especialmente a criação de animais. Consta, no entanto, que o panorama econômico-social das localidades até então inauguradas não era dos melhores, principalmente para as populações indígenas que ainda marcavam presença naqueles lugares.

Havia também forte desigualdade entre as vilas no que diz respeito à distribuição das riquezas, sendo que a Vila Viçosa Real concentrava quase que a totalidade de todos os bens econômicos. A posição de Arronches nesse quesito era intermediária, ficando na terceira posição de cinco vilas das quais se tem registro do número de animais sob seus domínios. Mesmo assim nem mesmo naquelas que possuíam mais recursos pode-se afirmar veementemente que seus habitantes possuíam melhores condições sócio-econômicas, uma vez que quase todos os bens eram divididos entre a Igreja, militares, diretores e mestres de modo proporcional, apresentando algumas variações de vila para vila e de acordo com o cargo/função que ocupavam.

Já para os remanescentes indígenas, como foi relatado anteriormente, a situação era de extrema pobreza. O colapso econômico daqueles habitantes chegou a tal ponto que o governador da capitania de Pernambuco (lembramos que nesse período o atual estado do Ceará estava sob a jurisdição política de Pernambuco) resolveu revogar as tributações sobre esses povos. Documentos da administração colonial, identificados como do fim do século XVIII, reproduzidos por Silva (2006), demonstram a posição do governo a respeito:

“(...) esta mesma quantia pedem a respeito se forem índios; porém sobre estes me parecem não dever ser atendidas a pretensão da Câmara, visto terem os índios as suas vilas e as suas câmaras, que também são pobres, e que em caso semelhante deverá ser aplicada a dita pequena imposição impreterivelmente as suas câmaras respectivas, ainda quando sendo, como são, os ditos índios tão pobres e miseráveis, dificultosamente terão com que paguem aquele mesmo pequeno ônus, que a câmara aponta... (SILVA; 2006 apud AHU, Caixa do Ceará, 04. 10. 1786 p.142).

Se a situação dos povos-testemunhos não era boa nessa época, ficaria pior a partir do ano de 1799, com a entrada em vigor da legislação pombalina. A volta da cobrança de impostos gerava revolta por parte dos índios e violência pelas autoridades. Isso terá consequências importantes no processo de despovoamento das diversas vilas, uma vez que os residentes indígenas passam a migrar em direção ao interior do território. O esvaziamento dessas localidades foi percebido pela administração da Capitania do Ceará, como é mostrado na seguinte passagem.

“Porém não posso deixar de pelos deveres de homem e ainda mesmo de magistrado de pedir a V. Ex^a. de na primeira ocasião lhe dar conta do infeliz estado digno de consideração de V. Ex^a. e de toda a humanidade em que vivem estas pobres vilas e aldeias dos miseráveis índios, que ainda hoje, apesar das santas e piíssimas leis do Sr. D. José, *são tiranizados pelos diretores das ditas vilas, pelos ouvidores, governadores, e ainda mesmo particulares europeus*, mais escravos no tratamento que se lhe dá do que aos escravos africanos muito principalmente a respeito dos diretores, que sendo eleitos sem as qualidades que o sábio diretor requer, em nada observam e tratam esta sempre desgraçada nação como bárbaros que são os ditos diretores, *donde resulta que eles [os índios] vão fugindo para os matos, as vilas se vão desertando, e abominando a sociedade e mais suspiram pelo tempo em que eles eram escravos dos jesuítas* (SILVA; 2006, apud AHU, caixa do Ceará, 03.03. 1786, p. 158, grifos meus)”.

A fuga dos índios para o interior e o conseqüente “desaparecimento” desses das vilas fez com que décadas mais tarde o então presidente da província do Ceará, apresentasse o “célebre” relatório onde afirmava que não mais existiam povos primitivos em terras alencarinas. Assim, em documento datado de outubro de 1863, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, se referia às vilas:

“A mesma sorte que as de Ibiapaba tiveram as aldeias da capital, compreendidas as da antiga vila de Aquiraz (onde existiu um hospício dos jesuítas, fundado no princípio do século passado), Messejana (missão de Paupina), Arronches (missão de Parangaba), Soure (missão de Caucaia), e Monte-mór Velho (missão dos Paiacús) (BPGMP – Núcleo de microfilmagem, Relatórios dos presidentes da Província, 09. 10. 1863 apud SILVA; 2006, p. 185)”

Embora, a afirmativa de que na província já não existiam mais índios tivesse sido feita dois anos antes, esse discurso registrado da autoridade máxima do Ceará é encarado pela historiografia tradicional como uma espécie de “marco”. É contraditório, contudo, que ainda na década de 1860, tenham sido realizadas nomeações para diretores de índios para as referidas vilas. Essas ainda comportavam grupos reduzidos de descendentes dos primeiros habitantes.

A história de Arronches sofre diversas transformações a partir do século XIX. Começando pela mudança do nome português para o nome definitivo – Parangaba, o agora município experimentará um período de crescimento populacional e econômico.

2.4 Século XIX e XX: finalmente Parangaba

O século XIX é marcado por mudanças profundas na antiga vila de Arronches. Com o crescimento da capital, Fortaleza, muitas famílias que residiam no centro, procuravam lugares mais afastados para adquirirem sítios, nos quais construíam casas de veraneio, onde passavam suas férias ou fins de semana. Essa marca ainda se faz presente até os dias atuais, onde ainda é possível encontrar um ou outro local que remonte àquele período.

Em 1835, ocorreu a primeira anexação de Arronches à capital da província. A lei nº2, datada de 13 de maio daquele ano determinava que o então município passasse a fazer parte da administração de Fortaleza. Essa época remonta à primeira mudança de nome do lugar: denominou-se Poramgaba. Essa incorporação de Arronches por parte da capital durou cerca de meio século.

A construção da plataforma ferroviária marca um período importante para o local. Durante o Segundo Reinado (1840-1889), a economia brasileira passa por profundas mudanças. No Ceará não foi diferente. Na segunda metade do século, além da tradicional pecuária com vistas para a produção de charque, um novo produto primário ganha destaque na pauta de produção da província: o algodão.

A atividade algodoeira foi bastante impulsionada pelo desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra, período em que a conhecida Revolução Industrial estava a pleno vapor e que havia necessidade intensa de obtenção do algodão. A produção de algodão partia do interior da província, mais precisamente da região do maciço de Baturité, passava por Arronches e finalmente seguia para o porto de Fortaleza, de onde seguia para a Europa.

Não era, todavia, apenas o comércio de algodão que incrementava o desenvolvimento do pequeno município. Muitos produtos agropecuários, tais como, couros, frutas e cereais, gado e farinha de mandioca eram produzidos no que hoje corresponde aos municípios de Maranguape, Pacatuba e Baturité, passavam pelo lugar e tinham como destino a capital ou outras províncias do país.

A construção da ferrovia, cujo trecho inicial foi inaugurado em 1872, trouxe como consequência direta o rápido crescimento do município. Foram erguidas ali diversas moradias que até hoje se fazem presentes, mas a maioria das casas antigas do local foi construída no século XX, uma nova igreja, uma praça e até um cemitério. Novas ruas foram abertas para facilitar a locomoção de pessoas e de cargas.

Apesar do progresso notável durante esse período, a economia cearense declinou na segunda metade da década de 1870. Isso porque entre os anos de 1877 e 1879 ocorreu um dos períodos de seca mais severos da história da província. Chamada de “seca dos dois sete”, essa estiagem fez com que a produção

agropecuária sofresse queda drástica, além de ter provocado a fuga de milhares de sertanejos para a capital e municípios próximos. Há registros de que cerca de 60.000 pessoas morreram de fome, de sede e também por uma epidemia de varíola, doença que geralmente levava à morte por ainda não haver tratamento eficaz. Acredita-se que o cemitério de Arronches tenha sido construído justamente nessa época difícil, embora o número de vítimas não fosse tão elevado.⁴

Durante os últimos anos do Brasil monárquico, o local voltaria a gozar de autonomia política. A lei nº2097, de 25 de novembro de 1885 devolvia à Arronches a condição de município. Daquele ano, em diante, por um período de 36 anos, Porangaba viveria seu último tempo de administração própria, para depois ser incorporada definitivamente à capital do estado.

Entre o fim do século XIX, e as primeiras décadas do século XX, Fortaleza experimentou um crescimento vertiginoso. De 1880 a 1920, a capital do agora estado do Ceará vivenciou aquilo que é conhecido “Belle Èpoque”, período em que a cidade sofreu um processo de “afrancesamento” no que diz respeito à construção de prédios e abertura de novas vias. Sobre esse movimento de influência européia e seus reflexos na capital, Ponte (1993), assinala que

“[no início do século XX, a cidade] apresentava uma feição arquitetônica-urbanística que se equilibrava bem entre uma singela arquitetura geral e deslumbrantes fachadas em algumas construções. (...) As imagens insinuam que a Capital Alencarina tinha um estilo inteiramente agradável à visão, composição estética esta complementada pela predominância do uso de paletós, chapéus, vestidos longos e sombrinhas, neles prevalecendo os tons claros e compatíveis com a intensa luminosidade solar que banha a Cidade o ano inteiro (PONTE; 1993, p. 134)”.

Em Arronches essa influência não foi muito sentida. Mesmo assim algumas das ruas abertas nesse período procuravam imitar o centro de Fortaleza, os pavimentos eram realizados por meio da colocação de paralelepípedos muito bem ordenados. Um exemplo disso é a atual Avenida João Pessoa, hoje coberta com

4 A maioria das mortes ocorreu no interior da província e entre os flagelados que migraram para a capital. Em Arronches, por não ter recebido muitos refugiados da seca, o número de vítimas foi menos expressivo.

asfalto. Algumas casas ainda existentes próximas ao antigo centro de Arronches, apesar de não estarem tão bem conservadas, ainda é possível notar sua similaridade com as do centro de Fortaleza.

A mudança mais significativa no século passado, contudo, foi o fim definitivo da autonomia política do lugar. Tendo status de município desde a sua fundação (com exceção do período de 50 anos anteriormente mencionado), Arronches foi incorporada no início da década de 1920 à cidade de Fortaleza. A lei nº 1913, de 31 de outubro de 1921, sancionada pelo presidente Justiniano de Serpa, determinava que os antigos municípios de Messejana e Parangaba seriam extintos, estabelecer-se-iam as delimitações entre Fortaleza e Aquiraz e também entre a capital e Maranguape e ainda a manutenção das Coletorias dos antigos municípios agora extintos.

A partir desse período, Arronches passa a ter status de subprefeitura, ou, para ser mais prático, distrito de Fortaleza. Em 1939, a primeira estação ferroviária, construída durante o período imperial, foi demolida e em seu lugar foi erguido um novo prédio que conservou em parte o estilo arquitetônico do original. A data de inauguração da nova plataforma aconteceu em 1941. Na verdade, essa é apenas uma das versões existentes dessa questão. Outra tese, defendida pelo historiador Alexandre Gomes, ele mesmo um dos organizadores do movimento social que visa à preservação do patrimônio urbano edificado do bairro, afirma que a estação inaugurada em 1873 é a mesma dos dias atuais, tendo passado apenas por uma reforma em 1927. De todo modo, quando estivermos tratando da questão patrimonial de Parangaba, poderemos observar que, independente de ser o prédio original ou não, o mesmo virou objeto do dilema ou do “conflito” entre o “modernizar” e o “preservar”.

A primeira metade da década de 1940 marca o fim do nome Arronches. Em janeiro de 1944, por sugestão do CNG (Conselho Nacional de Geografia), o nome do bairro/distrito é modificado para Parangaba, sob a intenção de retornar às origens do lugar. Portanto, em seus 253 anos de história, o nome atual foi adotado a menos de sete décadas.

Em meados dos anos 1960, ainda era possível observar a existência de famílias tradicionais buscando descanso em bairros mais afastados do centro da

cidade (GONDIM; 2001a). Ocorre, contudo que a partir dos anos de 1970, Fortaleza começa a vivenciar um processo rápido de descentralização. O tradicional centro passa a perder espaço, devido à expansão da cidade para leste (notadamente Aldeota) e também para o sul. São desse período a abertura de grandes avenidas que rumam em direção a zona sul da capital, tais como, a Aguanambi e José Bastos, as quais passam por diferentes bairros, sendo essa última uma das principais de Parangaba.

A citada descentralização favoreceu a formação de núcleos encabeçados por certos bairros que possuem algum tipo de importância, seja comercial, residencial ou administrativa. Na perspectiva de Lopes (2006) no fim da década de 1970

“(…) Fortaleza ainda era uma cidade mononuclear, caracterizada pela ausência de verdadeiros centros de bairros e sua estrutura urbana era marcada por um processo de hiperconcentração no núcleo central. Apresentava, no entanto, uma tendência de descentralização de algumas funções, tais como administrativas e comerciais, para outras áreas da cidade. Dentre essas novas áreas comerciais, destacavam-se dois núcleos de maior expressão nos bairros da Aldeota e outro no Montese. Outras pequenas concentrações comerciais ainda eram evidentes, na zona industrial da Francisco Sá e nas praças de Parangaba e Messejana (LOPES; 2006, p. 42, grifos meus)”.

Nota-se, pela citação acima, que o centro de Fortaleza estava iniciando a perda de exclusividade, tanto no sentido de ser o único pólo comercial e principal reduto da classe econômica mais favorecida. Some-se a esses fatores outro elemento de extrema importância: o deslocamento de boa parte das funções administrativas tanto de ordem municipal e estadual. A mudança da sede do governo, da Assembléia Legislativa do Estado, da Câmara Municipal, a construção do Centro Administrativo do Estado, situado no bairro Cambéba acerca de 12 quilômetros do centro, são alguns exemplos que demonstram que Fortaleza não é mais uma cidade de um só núcleo.

Pode-se afirmar que hoje a capital está dividida em vários desses núcleos: Aldeota, Meireles, Montese, Antônio Bezerra, Parangaba, Barra do Ceará, Messejana, Centro e alguns bairros situados no entorno da Avenida Washington Soares. Esses núcleos de centralidades exercem mais ou menos influência sobre

os bairros que estão ao seu redor e, como se pode observar, eles estão distribuídos por todas as zonas da cidade. Ainda de acordo com Lopes (2006),

“A centralidade de Parangaba não está restrita aos seus limites territoriais, pois inclui bairros circunvizinhos. Os equipamentos de comércio e serviços encontram-se ao longo dos seus principais corredores, José bastos, João Pessoa, Osório de Paiva e Dedé Brasil. O bairro funciona como importante ponto de conexão dentro da cidade, ligando os bairros do leste com o do oeste, bem como os do norte com os do sul. Além disso, funciona como ponto intermediário entre o centro da cidade e os municípios da Região Metropolitana, Maracanaú e Maranguape. Dentre os fatores que reforçam a centralidade do bairro destacam-se a acessibilidade, os serviços de saúde e educacional e o institucional (LOPES; 2006, p.48)”

Essa facilidade de interligação que Parangaba possui foi um dos fatores determinantes para a atração de significativo contingente populacional, tanto dentro dos limites de seu território como nos bairros e comunidades que a ele estão próximos, fazendo com que o sudoeste de Fortaleza seja uma das regiões mais densamente povoadas da cidade.

Nota-se que isso acarretou um processo de inchamento urbano naquela localidade, refletido, sobretudo, na ocupação desordenada. Uma observação rápida sobre o entorno da lagoa do bairro nos permite perceber as marcas desse crescimento rápido. É válido afirmar que esse “inchamento urbano” ocorreu desde o século XIX, mas se intensificou a partir da década de 1930, agravado pela migração de milhares de pessoas que vieram do sertão do Ceará e também de outros estados.

O século XXI iniciou-se com Parangaba inserida no contexto da Fortaleza contemporânea. A chegada de novos equipamentos, bem como de novos atores sociais, de todas as ordens vem modificando as características do antigo lugar que já foi aldeia, município, subprefeitura/distrito e finalmente bairro.

2.5 Passado, Presente e Futuro: o transporte com parte da história de Parangaba

Vimos que durante o período imperial foi construída em Arronches uma das primeiras estações ferroviárias do Ceará. Esse acontecimento marca o início de uma relação entre o local e o implemento dos mais diversos meios de transporte público ao longo de pouco mais de um século.

Se a ferrovia no passado significou a florescência do progresso para o lugar, hoje suas marcas são o símbolo da luta pela conservação da memória parangabense. Encravado no “coração” do bairro os vestígios desse meio de locomoção de pessoas e de mercadorias representam o símbolo de um momento passado que permanece “vivo”. Tratarei, no capítulo sobre o patrimônio material urbano, o modo como essa edificação e todo o centro velho do bairro se constituem em suportes para a construção da memória social.

Outro meio de transporte que remonta ao passado de Parangaba foram as linhas de bonde. Com o advento da eletrificação incrementada especialmente nas primeiras décadas do século XX, associada à necessidade de desenvolvimento do transporte de massa, foram instaladas linhas de bonde que iniciavam seu percurso também na parte velha do local e tinham seu fim nas imediações do atual bairro Benfica. A instalação desse mecanismo de locomoção esteve associada à incorporação de Parangaba à administração política de Fortaleza. Nessa época, a capital também passava por um processo de implantação desse tipo de transporte público.

O uso do bonde como meio de locomoção começa a declinar na década de 1950. A implantação do sistema de ônibus regulares deu novo impulso à história do transporte no bairro. Esse modelo foi desenvolvido e aperfeiçoado ao longo das últimas seis décadas. Hoje, Parangaba é um dos principais pontos de partida de muitas pessoas em direção aos vários cantos da cidade. O bairro conta com um dos sete terminais do sistema integrado de transporte público de Fortaleza, sendo um dos mais movimentados da cidade que possui mais de quarenta linhas regulares que servem ao bairro, suas adjacências e desloca milhares de pessoas diariamente. Na verdade, o bairro possui dois terminais já que o Terminal da Lagoa está situado

entre a Rua Gomes Brasil e a Avenida Augusto dos Anjos, servindo de extensão para o terminal principal.⁵

O transporte público por meio de ônibus pode ser visto como exposição do presente. O “transporte do futuro” o metrô, que ainda se encontra em fase de construção constituir-se-á, como um dos símbolos da Fortaleza do século XXI. Inspirado em um ideal de modernidade, essa nova forma de deslocamento terá mais uma vez Parangaba como um dos cenários de seu funcionamento. Sobre o metrô, trarei mais detalhes nos capítulos sobre o patrimônio e intervenções urbanas.

2.6 Breve descrição da Parangaba atual

Parangaba vivenciou inúmeras transformações nas últimas três décadas. Sabe-se que o bairro experimenta um acelerado processo de desenvolvimento com a instalação de diversos equipamentos prestadores de serviços, tais, como, escolas, hospitais, bancos, supermercados, entre outros. Estima-se que a população de Parangaba seja de 35.000 habitantes, sendo, portanto, um dos maiores bairros em termos de população da capital cearense.



Figura 3 Localização do bairro Parangaba. Fonte: Wikipedia.org

⁵ Os dados mais recentes fornecidos pela Empresa de Transporte Público de Fortaleza (ETTUFOR) mostram que o terminal de Parangaba é o segundo com maior volume de passageiros. Circulam ali entre 180.000 e 200.000 passageiros por dia, ficando atrás apenas do terminal do Papicú que tem média diária de 230.000 pessoas

Importante mencionar aqui alguns dos aspectos culturais e cotidianos do local. A religião católica se faz presente antes mesmo da elevação do lugar à categoria de vila por parte da Coroa. A Igreja Matriz realiza duas grandes festas ao ano e existem diversos grupos de jovens que se dedicam à fé por meio de canções religiosas.

Outro importante ícone de Parangaba é a grande feira que é realizada aos domingos. A feira livre local é considerada a maior de Fortaleza e atrai pessoas de diversos bairros da cidade. Contrastando com a modernidade que se expressa por meio da própria chegada da linha do metrô, aquele espaço de sociabilidade continua sendo uma das grandes marcas do local.

Realizada sempre aos domingos, ela se situa às margens da lagoa do bairro, encravada entre a Avenida José Bastos e a Rua Gomes Brasil, ali é possível encontrar de tudo um pouco, até mesmo produtos originários de atividades ilícitas, como armas sem registro e animais silvestres o tradicional comércio de rua faz parte da identidade cultural do lugar. Muitas pessoas que ali estão presentes não têm interesse em adquirir algo, mas freqüentam-na por se sentirem integradas àquele espaço.

Na perspectiva de Vieira (2001), a feira representa, sobretudo, um espaço de multiplicação de relações. Em suas palavras:

“Vejo a feira, assim, também como um espaço de preservação, produção e reprodução de tradições. Não que ocorra ali algo semelhante a uma espécie de congelamento ou cristalização de aspectos da cultura. Não se trata disso. A feira é uma grande janela aberta ao mundo; um espaço através do qual circulam o ‘antigo’ e o ‘novo’ e, principalmente um espaço de adaptações e recriações, de incorporação e transformação (VIEIRA; 2001, p.123)”

Outro elemento notável daquele lugar é o enorme contraste existente entre os aspectos da grande cidade e o ar interiorano. Em Parangaba encontram-se diversas avenidas muito movimentadas (José Bastos, Dedé Brasil, João Pessoa, além de muitas outras ruas com grande volume de tráfego); por outro lado, há ainda aqueles espaços onde ainda é possível por as cadeiras nas calçadas para “botar a conversa em dia”.

Embora o bairro possua uma boa infra-estrutura quando comparado especialmente com aqueles que estão à sua volta, o mesmo não deixa de apresentar alguns problemas típicos da maioria dos bairros da cidade. Boa parte dos moradores se queixa da falta de segurança. De fato, Parangaba não apresenta números animadores quando se trata de ocorrências policiais.

É possível observar também outros elementos que configuram problemas sociais: a presença de moradores de rua na praça principal do bairro; a constatação de menores fazendo uso de drogas (particularmente o uso de cola); a já citada irregularidade nas construções do entorno da lagoa evidencia o problema da habitação e do “inchamento urbano”.

A lagoa de Parangaba, segunda maior da cidade, também sofre com a poluição. Diariamente, nela são despejados detritos oriundos de ligações clandestinas de esgotos e lixo. O excesso dessas substâncias reduziu drasticamente o número de peixes naquele manancial. Vale lembrar que a lagoa faz parte da bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho, apontado como o segundo mais poluído do Brasil, segundo pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo.

Parangaba possui vida cotidiana bastante frenética. Nos dias úteis, o bairro recebe número significativo de transeuntes em busca da aquisição de bens materiais ou prestação de serviços. O lugar possui inúmeras escolas tanto públicas quanto particulares, alguns hospitais de médio porte, agências bancárias e companhias prestadoras de serviços públicos. A presença desses elementos é reflexo direto do processo que levou o bairro à condição de zona de centralidade, o qual foi mencionado anteriormente.

O movimento de pessoas e de veículos começa nas primeiras horas da manhã e se estende até algumas horas da noite. Todos os dias parece haver uma espécie de “repetição” desse movimento, onde os moradores e freqüentadores seguem a sua “normalidade” ou “rotina”. A respeito dessa questão é interessante notar uma observação feita por Pais (2003):

“O que se passa no cotidiano é ‘rotina’, costuma dizer-se. A idéia de rotina é próxima de cotidianeidade e expressa o hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, por recurso a práticas constantemente adversas à inovação. É certo que, considerado do de vista de sua regularidade, normatividade e

repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de *ritualidades*. A rotina é, aliás, um elemento básico das actividades sociais do dia a dia (PAIS; 2003, p.28,grifos meus).

Lembra o autor, contudo, que é dessa aparente “normalidade” proporcionada pelo movimento rotineiro e as pequenas rupturas que são estabelecidas novas relações entre indivíduos e também entre esses e o espaço o qual compartilham. Ademias, o termo “rotina” está associado com a idéia de “rota”, que, por sua vez, indica ruptura.

Essas pequenas mudanças, quase imperceptíveis para quem todos os dias repete as mesmas ações, constituem aquilo que o autor chama por claro-escuro dos enigmas da vida cotidiana, onde o primeiro é evidenciado por aquilo que é visível mas não compreendido e o segundo representa uma ferramenta importante para a compreensão do primeiro.

Se descrevêssemos, ainda que de forma bastante simplificada, o cotidiano de Parangaba, diríamos que é um bairro muito movimentado, com a presença de milhares de pessoas exercendo as mais diferentes atividades. Teríamos, todavia, dificuldades para decifrar as inúmeras relações de interação social entre diferentes indivíduos e mais ainda em compreender a dinâmica desses com o espaço no qual exercem essas atividades.

Não cabe aqui fazermos uma análise mais profunda dessas questões, pois o propósito do trabalho é outro. Este esboço, no entanto, serve para ilustrar que existem muitas possibilidades de interpretação desses movimentos diários que ocorrem em Parangaba, sobretudo quando é levada em consideração a análise de certos grupos de indivíduos que fazem uso de um mesmo espaço, mas para finalidades diferentes.

São esses elementos que nos fazem “ver” de modos completamente diversos uma mesma paisagem. Parece haver uma nítida diferença entre ver e olhar, pois esse indica algo passageiro enquanto aquele diz respeito às observações mais aprofundadas e conseqüentemente mais compreensíveis. Esse recurso talvez se mostre fundamental quando estivermos analisando a problemática da redefinição e dos usos do espaço urbano de Parangaba.

3. O BAIRRO NARRADO

In My Life

There are places I remember all my life,
Though some have changed,
Some forever, not for better,
Some have gone and some remain.

All these places had their moments
With lovers and friends I still can recall.
Some are dead and some are living.
In my life I've loved them all.

But of all these friends and lovers,
There is no one compares with you,
And these memories lose their meaning
When I think of love as something new.

Though I know I'll never lose affection
For people and things that went before,
I know I'll often stop and think about them,
In my life I'll love you more.

Though I know I'll never lose affection
For people and things that went before,
I know I'll often stop and think about them,
In my life I'll love you more.

In my life I'll love you more.

(The Beatles, In My Life, Rubber Soul, Parlophone, 1965 Fonte: Portal Terra)

Em Minha Vida

Há lugares dos quais vou me lembrar
Por toda a minha vida, embora alguns tenham mudado
Alguns para sempre, e não para melhor
Alguns já nem existem, outros permanecem

Todos esses lugares tiveram seus momentos
Com amores e amigos, dos quais ainda posso me lembrar
Alguns já se foram, outros ainda vivem
Em minha vida, amei todos eles

Mas de todos esses amigos e amores
Não há ninguém que se compare a você
E essas memórias perdem o sentido
Quando eu penso em amor como uma coisa nova

Embora eu saiba que eu nunca vou perder o afeto
Por pessoas e coisas que vieram antes,
Eu sei que com frequência eu vou parar e pensar nelas
Em minha vida, eu amo mais a você

Embora eu saiba que eu nunca vou perder o afeto
Por pessoas e coisas que vieram antes,
Eu sei que com frequência eu vou parar e pensar nelas
Em minha vida, eu amo mais a você
Em minha vida... eu amo mais a você

3.1 Desmontando uma velha “falsa verdade”

A canção exposta acima, independentemente do fato dela ser de autoria do mais famoso grupo musical de que se tem registro, traduz, especialmente em suas primeiras estrofes, a íntima relação existente entre indivíduos, espaço físico e tempo. São esses três elementos que, de modo associado, são responsáveis pela produção da memória social de qualquer grupo (não somente a memória urbana). Os processos que levam à construção dessa memória não ocorrem de um momento instantâneo para outro, podendo durar um considerável período de tempo até que as bases para sua formação estejam preparadas.

É importante lembrar também que a formação do imaginário urbano não é produto apenas do lembrar e do esquecer. É verdade que esses dois aspectos são importantes para o entendimento do conceito de memória, contudo, essa não deve ser reduzida a essa dualidade. Chauí (1996) já denotava que

“A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo). (CHAUI, 1996, p. 130)”.

A construção e afirmação da memória social no tempo e no espaço dependem de condições tanto de ordem subjetiva quanto de ordem objetiva, mas as primeiras possuem maior peso nesse processo uma vez que o cérebro humano seleciona os aspectos (sejam eles positivos, como as recordações agradáveis; sejam negativos, como os momentos traumáticos) mais importantes ou mais marcantes para cada indivíduo. A construção da memória individual por meio desse mecanismo faz parte da formação da personalidade.

Considerando o que foi afirmado acima, podemos deduzir que a velha afirmação de que as pessoas não possuem capacidade de memória é falsa, uma vez que ela é fundamentada apenas no lembrar/esquecer. Como procuramos demonstrar em trabalho anterior (COSTA; 2008), existe uma diferença primordial entre memória e recordação.

“O fato de alguém não conseguir lembrar imediatamente de algo demonstra uma ausência momentânea da capacidade de recordar determinado evento que poderá recuperar, mais cedo ou mais tarde, dependendo da importância que o mesmo tem para o indivíduo. Pode-se resumir que aqueles acontecimentos que mais marcaram a vida de uma pessoa fazem parte do seu banco de memória, enquanto os fúteis não passam de meras e passageiras lembranças que não assumem parte da identidade individual e coletiva (COSTA; 2008 p.22-23)”.

Visto que os processos responsáveis pela produção da memória social podem ser passados de uma geração para outra, é importante observar que esses

elementos podem adquirir significados diferentes. É muito comum, nessas ocasiões, que um indivíduo narre um evento sempre associando os acontecimentos à coletividade da qual ele faz parte, podendo, inclusive, citar indivíduos que não estão mais presentes no meio social.

3.2 Depoimentos: construção da memória social no tempo

Elemento primordial para a formação da identidade de qualquer organização sócio-territorial, a memória é uma importante ferramenta na construção das relações entre indivíduos e o espaço no qual este vivenciam ou vivenciaram suas experiências. A esse respeito, é interessante observar esta passagem feita por Le Goff (1996) no qual é creditado à memória um instrumento de construção da coletividade:

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um *objeto de poder*. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1996, p. 476, grifos no original)”.

Uma formação sócio-territorial é construída de acordo com o processo de desenvolvimento que ela vivencia. É de se notar que a expressão “desenvolvimento” está aqui empregada não no sentido econômico, mas como forma de referência aos processos que contribuem no estabelecimento das relações entre a coletividade e o lugar no qual ela encontra-se inserida. Seguindo o raciocínio de Le Goff, Mesentier (2005) também confere à memória social a função de contribuir com o amadurecimento de uma sociedade:

“Como todos sabem, não há aprendizado sem memória. O processo de construção da memória social é, portanto, *um elemento que contribui para o êxito de uma sociedade no equacionamento de dos problemas com os quais se confronta* e, (...) esse processo se torna ainda mais importante nas encruzilhadas críticas do

desenvolvimento de uma formação sócio-territorial. (MESENTIER, 2005, p. 170, grifos meus.)”.

Quando ouvimos pessoas com longos períodos de vida, como são o caso aqui analisado dos antigos moradores de Parangaba, seus relatos também se constituem como elementos para a formação da própria experiência daqueles que os ouvem. Bosi (2006, p.85) afirma que “A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”.

Alguns dos depoimentos coletados demonstram que esse fator possui maior ou menor peso no que diz respeito à contribuição para a formação da experiência de que escuta a narrativa. Determinante nessa construção é o tempo vivido pelo entrevistado no lugar onde realiza suas experiências. Quanto maior a relação entre indivíduo e espaço, maior será seu aprendizado, assim como também maior será a contribuição da sua vivência para a formação de seus sucessores. A seguir, a declaração de um morador que reside no bairro acerca de seis décadas:

“Nasci no interior do estado e vim para cá no ano de 1953, ainda criança. Naquele tempo, quase não notei a diferença entre o interior e a capital, o bairro Parangaba era muito pequeno e distante do centro de Fortaleza. Parecia que nem morava nessa cidade. Aqui quase não tinha movimento, entende? Passar um carro por essas ruas?... Ah isso era uma raridade, ficava até impressionado quando avistava um. Brincávamos no campinho de terra durante o dia, ou, as vezes, na pracinha. De noite não dava não, porque naquela época nem tinha luz elétrica direito. Muitas casas eram iluminadas com lampião ou lamparina. As pessoas ficavam conversando até tarde, pois era um divertimento botar os papos em dia, não tinha televisão pra ver. Hoje o bairro tá muito diferente. Vi de perto muitas pessoas chegarem para morar aqui, lembro da construção de muita coisa e a derrubada de outras. Tem muito movimento por aqui hoje em dia e o bairro hoje quase não parece o lugar que conheci a mais de cinqüenta anos. Porém, deixa eu te dizer, ainda procuro viver um pouco como era há muitos anos atrás”.

Há, portanto, um processo de reconstituição dos fatos vividos pelo depoente durante o processo de narração de suas experiências. Halbwachs (1990) demonstra que os elementos que, mais tarde, condicionarão a produção da memória social e individual são construídos ainda nos primeiros anos de vida, quando a criança

“mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou menos distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais (p.71)”. Esse quadro, do qual nos fala o autor, é onde a memória irá se manifestar.

“É esse passado vivido, bem mais do que aprendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória. Se no início ela não distinguiu esse quadro e os estados de consciência que ali se desenrolam, é bem verdade que pouco a pouco, a separação entre seu pequeno mundo interior e a sociedade que a envolve se operará em seu espírito. (HALBWACHS, 1990, p. 71)”.

É de se observar que durante a narrativa, ocorre, por parte daquele que ouve, a tentativa de “reproduzir cenários” nos quais as experiências do narrador encontraram sua localização. Trata-se de uma situação inerente ao próprio processo de narração, onde é buscado o estabelecimento da relação entre o conteúdo advindo da fala do entrevistado, isto é, os acontecimentos que fizeram parte de seu passado e o momento atual. Há, nesses casos, a manifestação do interesse em conservar aquilo que ficou para trás. Bosi (2006) percebe que,

“Entre o narrador e o ouvinte nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos. (BOSI, 2006, p. 90)”.

A relação entre memória e tempo constitui, portanto, um dos grandes elementos na formação sócio-espacial ou sócio-territorial. Nesse sentido, vale lembrar que, no depoimento há pouco mencionado, expressões como “naquela época” e “naquele tempo” servem como pontos de referência nos processos que resultam na formação do banco de memória do entrevistado. Estas referências seriam a contribuição do tempo para o aprimoramento da memória, contribuição esta que o ele deve ajudar a construir.

“(...) é preciso observar que o tempo nos importa aqui somente na medida em que deve nos permitir conservar e lembrar dos acontecimentos que ali se produziram. Este é o serviço que esperamos dele. Isso é verdade para os acontecimentos do passado. (HALBWACHS, 1990, p. 100)”.

Na verdade, os fatos que ocorrem tanto na vida individual quanto na vida coletiva, são divididos pelo tempo. A função social do tempo é, pois, demarcar aqueles acontecimentos que formarão a memória dos indivíduos em um espaço. Vale lembrar que cada grupo ou geração dá novos significados aos grandes acontecimentos que marcam a vida coletiva de um lugar. É assim que Bosi (2006), referindo-se aos velhos moradores de São Paulo, discorre:

“Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. O caudal das lembranças, correndo sobre o mesmo leito (...) guarda esses episódios notáveis, que ouvimos sempre retomados na fabulação de seus moradores. As grandes festas são recordadas com detalhes ou mencionadas... (BOSI, 2006, p. 418)”.

Na mesma perspectiva, Mesentier (2005) também enfatiza que a memória social, por ser moldada ao longo das gerações que se sucedem, dando ao espaço novos significados e, logo, demonstrando que não é algo repetitivo, pois implica nas transformações que ocorreram com o passar do tempo. Segundo descreve,

“Diferentemente da memória individual, a memória social se constrói ao longo de muitas gerações de indivíduos mergulhados em relações determinadas por estruturas sociais. A construção da memória social implica na referência ao que não foi presenciado. Trata-se de uma memória que representa processos e estruturas sociais que já se transformam (sic.). A memória social é *transgeracional* e os suportes da memória contribuem para o transporte da memória social de uma geração a outra. (MESENTIER, 2005, p. 168, grifos no original)”.

É importante lembrar que, como já foi mencionado, durante o processo de construção da memória social e individual, os eventos que possuem pouco ou nenhum significado para os integrantes de qualquer grupo tendem a ser descartados. Ao contrário, os grandes acontecimentos que marcam a vida do lugar

são peças importantes na formação do banco de memória e, por conseguinte, da identidade do lugar.

Em Parangaba, um grande acontecimento citado pelos moradores de modo geral, foi a chegada da feira, no fim da década de 1950. Não só por ser a maior feira-livre de Fortaleza, mas porque ela marca o início de um período de transformações significativas no bairro. Um morador relata como tudo começou.

“Em 1958 ou 1959, não lembro exatamente qual era o ano, chegaram algumas pessoas que, todos os domingos, ficavam próximas à lagoa, segurando pequenas gaiolas com passarinhos de todos os tipos. Depois de alguns meses, apareceram outras pessoas montando barraquinhas onde vendiam frutas, milho e feijão. Começou assim a feira de Parangaba. Tinha 15 anos quando ela começou e eu fui crescendo junto com ela. Você sabe que ela é maior de Fortaleza e eu vou para ela desde muito tempo. Gosto de estar nela porque é um lugar muito animado, onde eu conheço toda gente”.

Atente-se para o fato de que o evento narrado pelo morador ocorreu no período de sua juventude. Quando ele afirma que gosta de frequentar a feira, deve ser entendido que isso não é apenas uma questão de gosto pessoal. Ela é o resultado do processo de produção da memória, na medida em que ele mesmo diz que cresceu junto com a feira. Há a ativação das “regiões de nossa infância banhadas pela luz de outro tempo” (Bosi; 2006).

O exemplo a seguir mostra outro acontecimento vivenciado por outro antigo morador: a inauguração das primeiras linhas de ônibus voltadas para atender ao bairro.

“Lembro que em 1951 ainda andava de bonde. Ia daqui para o centro naquele meio de transporte que não era muito rápido. Não sei te dizer qual era o ano, mas quando começou a rodar os primeiros ônibus por aqui todos acharam bom porque facilitou a nossa vida. Nesse tempo Parangaba ainda não era muito grande com é hoje, mas como não eram muitos ônibus eles já ficavam lotados. Acho que cresci com eles”.

Construída nessas condições, a memória dessas pessoas é modelada pela recordação dos eventos que influenciaram seu passado. Os depoimentos coletados

demonstram uma espécie de associação entre o relato e a fixação das experiências pessoais e coletivas no tempo. A construção da memória coletiva do bairro reúne, assim como em qualquer formação sócio-espacial, lembranças individuais e experiências de grupos.

3.3 Relação espaço físico e memória

A memória, entretanto, não está fundamentada, como se sabe, apenas nas relações com o tempo. O espaço também exerce grande peso na formação da memória coletiva, pois aquilo que nos cerca não tem apenas aquilo que para nós tem relevância, mas também assume importância para os demais membros de uma sociedade. Deste modo, o espaço é formado por todos os atores sociais que, em maior ou menor peso, compartilham-no. Na perspectiva de Halbwachs (1990), quando as imagens espaciais recebem a marca do grupo, essas não mais se desvinculam da memória.

“O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser?. Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. (HALBWACHS, 1990, p. 133, grifos meus)”.

O conceito de espaço pode variar de acordo com as perspectivas. Confundido muitas vezes com as noções de lugar e até mesmo de território, o espaço pode ser entendido como aquilo que possui significado comum para certos grupos sociais. Ultimamente, a noção de espaço tem sido empregada por alguns autores como alternativa ao conceito de campo de Bourdieu (ver, por exemplo, Casanova (2002) e sua análise sociológica sobre o espaço literário mundial, substituindo o conceito de campo). Entretanto, no caso aqui em questão, espaço é aquele que é dotado de

variáveis, da não-estabilidade. Certeau (2008) vê o espaço como aquilo que possui o dinamismo em contraposição à ordem dos “lugares”.

“Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Ai se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’(...) Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma condição de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’. Em suma, *o espaço é um lugar praticado* (CERTEAU; 2008 p.201-202, grifos no original)”.

Em um estudo sobre os significados das experiências vividas na *casa*, Bachelard (2005) nos mostra como as lembranças dos indivíduos estão estritamente ligadas aos espaços por eles freqüentados.

“A casa (...) nos permitirá evocar, na seqüência de nossa obra, luzes fugidias de devaneio que iluminam a síntese do imemorial com a lembrança. Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. Ambas trabalham para seu aprofundamento mútuo. Ambas constituem, na ordem dos valores, uma união da lembrança com a imagem. Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. *Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos* (BACHELARD, 2005, p. 25, grifos meus)”.

Embora o principal espaço em questão na Parangaba não seja algo particular, podemos afirmar que também constitui um exemplo dessa ligação entre as memórias pessoais e os espaços. A luta pela manutenção da estação ferroviária não demonstra apenas o interesse em preservá-la por ser antiga e possuir um estilo único, mas pelo fato dos antigos moradores associarem suas diversas experiências ao espaço material por ela ocupado. Augé (1994) concebe o espaço como um elemento que tem uma característica mais abstrata do que a noção de lugar. Um espaço só tem significados para além da abstração na medida em que os indivíduos que o partilham conferem esses significados. Nessa perspectiva, esse autor

aproxima-se da noção de Certeau, que confere o espaço como o lugar construído por meio das práticas.

“O termo ‘espaço’, em si mesmo, é mais abstrato do que o de ‘lugar’, por cujo emprego referimo-nos, pelo menos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico). Ele se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre duas coisas ou dois pontos (deixa-se um ‘espaço’ de dois metros entre cada moirão de uma cerca), ou a uma grandeza temporal (‘no espaço de uma semana’). Ele é, portanto, eminentemente abstrato, e é significativo que seja feito dele, hoje, um uso sistemático, ainda que pouco diferenciado, na língua corrente e nas linguagens representativas do nosso tempo (AUGÉ; 1994, p. 77)”.

Considerando tal concepção, podemos afirmar que Halbwachs (1990) concebe os espaços como elementos constituintes do processo de construção social da memória. Para o autor, a memória social é construída por cada indivíduo, mas estes só o fazem se houver, associado a esse processo, um espaço adequado para sua realização. Eis o que ele nos diz:

“É assim que, quando percorremos os antigos bairros de uma grande cidade, experimentamos uma satisfação particular em que nos contem de novo a história daquelas ruas e casas. Aí estão tantas informações novas, mas que nos parecem entretanto familiares, por que se amoldam às nossas impressões e ocupam um lugar sem dificuldade no cenário subsistente. Parece-nos que esse cenário por si mesmo e totalmente só teria podido evocá-las, e o que imaginamos não é senão o desenrolar daquilo que já havíamos percebido. É que o quadro que se descortina sob nossos olhos estava carregado de uma significação que permanecia obscura para nós, porém da qual pressentíamos alguma coisa. A natureza dos seres com os quais vivemos deve nos ser revelada e explicada à luz de toda nossa experiência, tal como ela se conformou nos períodos seguintes. *O novo quadro, projetado sobre os fatos que já conhecíamos, ali nos revela mais um traço que nele se posiciona, e que recebe um significado mais claro. É que a memória se enriquece de bens alheios que, desde que se tenham enraizado e encontrado seu lugar, não se distinguem mais das outras lembranças.* (HALBWACHS, 1990, p. 78, grifos meus).”

Já Mesentier (2005), confere aos elementos materiais como suportes para a construção da memória, no entanto, os espaços em si não são memória, pois, se a

eles não se somam as ações dos indivíduos, os cenários materiais não possuirão nenhuma participação no processo da memória social. Como podemos ver na citação seguinte, a memória é algo imaterial, contudo, para sua realização, é necessária a presença do espaço físico. Desse modo, é possível afirmar também que esse autor não concebe, portanto, a memória como um elemento dissociado do espaço material.

“A memória é imaterial, posto que se trata de um atributo da consciência social e os suportes da memória constitui (sic) mediadores e instrumentos para a ação dos atores políticos. Atribuir ao suporte material a possibilidade de construção da memória corresponderia a reificar a memória social. (MESENTIER; 2005, p.169)”

A construção da memória social por meio da relação entre indivíduos e espaço é determinante também para o surgimento de aspectos afetivos da coletividade para com o lugar. Os relatos a seguir demonstram um pouco da ligação existente entre os moradores de Parangaba com o espaço onde construíram a sua identidade.

“Moro aqui desde que nasci. Foi neste lugar que cresci, estudei arrumei trabalho, construí uma família. Sair daqui, nem pensar, só quando for para o descanso (risos). Se foi aqui onde passei toda a minha vida, porque teria que ir embora agora? Não, não. Não consigo me imaginar morando em outro lugar que não esse. Parangaba é, para mim, uma grande casa, onde conheci muitas pessoas e é o lugar onde também guardo os meus pensamentos e minhas lembranças” (depoimento de um senhor de 70 anos)”.

“Dizem que Parangaba não é mais a mesma, mas pra mim é sim. Guardo comigo as lembranças de muito tempo atrás. É verdade que não dá pra viver em um lugar do mesmo jeito que a gente vivia há quarenta, cinquenta anos atrás. Muita coisa mudou de lá pra cá, mas a minha relação com o bairro continua bastante íntima. Tive que fazer algumas mudanças no meu dia-a-dia, mas esse lugar está na minha alma. Nunca pensei em morar em outro lugar, logo que já sou velho e não me acostumaria em nenhum lugar (fala de homem de 77 anos)”.

“Sempre ouço falar que tudo mudou por aqui nos últimos tempos e é verdade. Hoje, quase não tem mais aquela coisa simples, a gente sempre ficava na rua conversando com os amigos até meia noite. Mas posso dizer que sou uma

pessoa feliz por morar aqui nesse bairro. Tenho orgulho desse lugar porque eu vi ele crescer juntamente com meus filhos. Sou testemunha de todas as mudanças que chegaram. Estou presa a esse lugar e assim quero ficar. Dizem que o bairro hoje em dia é um pouco violento, mas isso não vai fazer eu sair daqui. Gosto de dizer a todo mundo que sou uma legítima parangabense e quero continuar sendo até quando morrer (entrevista de uma senhora)”.

Depreende-se que a imagem espacial que os moradores têm de Parangaba é o resultado da própria relação indissociável que existe entre os dois elementos. É no espaço onde as memórias individuais encontram sua estabilidade ou o seu “acento” e daí são gerados os processos que produzem a memória social. Ocorre uma relação de trocas entre os indivíduos e o lugar, onde um necessita do outro.

Essa relação entre o social e o espaço é determinante para a compreensão das ações que são realizadas no sentido de conservar certos aspectos materiais do lugar. A ameaça aos elementos físicos que constituem suporte para a construção da memória social representa, para os indivíduos que mantém relações com os mesmos, uma ameaça a sua própria memória. Uma vez extintos esses suportes materiais, a construção da memória coletiva seria comprometida ou mesmo impossibilitada. Segundo raciocínio de Zanini (2005), a durabilidade e estabilidade de uma formação sócio-espacial dependem muito da conservação das imagens que estão à volta dos membros que integram o grupo social.

A construção da memória coletiva em Parangaba deve ser moldada por meio da conservação daquilo que se convencionou chamar “patrimônio histórico urbano”, entendendo que isso é uma referência àqueles espaços que assumem importância significativa para os moradores do bairro. São, portanto, nesses elementos materiais que a memória encontra suas bases para sua formação.

O próximo capítulo terá por objetivo a busca da compreensão do que deve ser entendido por “patrimônio” e alguns dos elementos que podem ser inseridos nesse conceito e como eles se caracterizam como fator primordial na elaboração da memória social urbana. Também será analisado o exemplo emblemático que envolve as questões sobre “modernização” e “preservação”, levando em consideração as “disputas” ou “conflitos” que se estabeleceram nesses processos que envolvem a edificação da memória social em um contexto pós-moderno.

Ademias deve ser objeto de compreensão a participação dos moradores organizados e a posição dos responsáveis pela política de conservação patrimonial de Fortaleza. Provavelmente, poderão ser encontradas situações ambíguas no que diz respeito ao suposto direito à memória, seja ela materializada em edificações, imagens, escritos ou lembranças.

Até aqui tratei da relação entre indivíduos, espaço e tempo. Esse tripé, comum em qualquer organização social, como é sabido, estabelece, dependendo do comportamento dos primeiros, as bases para a formação da identidade local e da transferência, para seus sucessores, dos significados que o lugar assumiu em tempos passados.

4. PATRIMÔNIO EM PARANGABA: ELEMENTOS MATERIAIS QUE CONSTITUEM A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

4.1 Em busca de um conceito sobre “patrimônio”

Abro este capítulo tentando estabelecer um critério, ou melhor, uma definição sobre o conceito de patrimônio. Na concepção do urbano, a busca desse entendimento não tem sido das tarefas mais fáceis, sobretudo se levarmos em consideração que, historicamente, os termos “patrimônio” e “monumento” sempre foram confundidos. A única certeza que temos é que as edificações de uma cidade não servem apenas para atender às finalidades de ordem utilitária. Elas contam, de acordo com seus estilos, diferentes épocas vivenciadas tanto pela própria cidade quanto por aqueles que um dia estiveram ali presentes, fazendo usos de suas instalações.

É interessante a perspectiva de Rolnik (1988) sobre esta questão. A autora faz uso de metáfora para explicar que as cidades nos ensinam, assim como aprendemos por meio dos livros: cada tijolo colocado em uma nova edificação representaria o mesmo que uma palavra escrita para na produção de um texto. Assim ela se expressa:

“(…) a grande construção feita de milhares de tijolos marca a constituição de uma nova relação homem/natureza, mediada pela primeira vez por uma estrutura racional e abstrata. É evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de empilhar tijolos, definindo formas geométricas, e agrupar letras, formando palavras para representar sons e idéias. Deste modo, construir cidades significa também uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos – escrita e cidade - ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo. (ROLNIK, 1988, p.15)”.

Para enfatizar a distinção entre as noções de patrimônio e monumento, é importante retornar às ideias desenvolvidas por Le Goff (1996) Na busca de compreensão para o segundo termo, o autor volta às origens da palavra para poder trazer alguma noção sobre a que esse vocábulo se refere. Em sua percepção:

“A palavra latina monumentum remete à raiz indo-europeia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa ‘fazer recordar, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...) desde a Antiguidade romana, o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF; 1996 p. 526, grifos no original)”

Pode-se denotar que, levando em consideração essa noção sobre o que é o monumento, trata-se de um dos fatores que integrariam o conjunto patrimonial, mas, isolados em si não são considerados patrimônio. Nesse sentido, as imagens que geralmente encontramos em lugares públicos, especialmente em praças, onde estão representadas pessoas que tiveram alguma importância histórica, podem ser classificadas como monumentos, que sem dúvida, colaboram para a construção do imaginário urbano.

As considerações feitas por Canclini (2003) ressaltam o valor que os monumentos possuem como elementos histórico-culturais. Seu valor é ainda maior nos processos sócio-históricos de formação de identidade das nações latino-americanas, enfatizando o papel exercido por eles nas mudanças e, conseqüentemente, nas disputas realizadas no meio urbano.

“Os monumentos contêm freqüentemente vários estilos e referências a diversos períodos históricos e artísticos. Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história, e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito: continuam lutando com os movimentos sociais que sobrevivem a eles. (...) os monumentos se atualizam por meio das ‘irreverências’ dos cidadãos (CANCLINI; 2003, p. 300-301)”.

A idéia de patrimônio, todavia, não se resume a uma simples imagem, escultura ou outra forma de representação. Na perspectiva de Choay (2001), o termo “patrimônio” é um conceito “nômade”, no sentido de que essa palavra antigamente designava alguma coisa que em sua origem “estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (p.11)”. A noção de patrimônio histórico, segundo esse autor, está associada a um bem destinado ao usufruto por parte de uma comunidade. Nesse conjunto, estão incluídos diversos objetos que, acumulados, representam um passado comum. Desse modo, “monumento” não serve mais para analisar “patrimônio” em sua totalidade, sendo que o primeiro é apenas parte do segundo.

Há ainda outro elemento complicador envolvendo o conceito de patrimônio: vimos até agora uma tentativa de elucidação desse conceito abordando apenas aquilo que se refere aos conjuntos arquitetônicos das cidades, como fatores de produção da memória social e geradores de cultura. Acontece, porém, que o patrimônio não significa somente os elementos construídos.

O caso de Parangaba é um exemplo típico dessa situação. A lista de bens classificados no bairro na atual gestão municipal (2005-presente) inclui, além de bens materiais imóveis, o principal espaço natural do bairro: a lagoa que leva o mesmo nome. Tal como as edificações, esta é passível de intervenção, sobretudo quando os mananciais existentes na cidade são alvo dos projetos de urbanização.

Temos, portanto, uma concepção de patrimônio que transcende aos suportes materiais. Extinguir as velhas edificações é sem dúvida eliminar parte do patrimônio urbano e destruir, por conseqüência, a produção da memória social, mas “degradar” espaços naturais produz efeitos semelhantes àqueles quando da demolição dos antigos espaços de memória.

De todo modo, temos de ressaltar que a idéia de patrimônio é relativamente nova no meio social brasileiro. Enquanto que em países europeus, por exemplo, já existe há bastante tempo políticas de conservação de antigas edificações, no Brasil essa idéia só ganhou destaque a partir dos anos 1970. É compreensível, portanto, que haja controvérsias a respeito do que deve ser classificado como patrimônio (e por isso deverá ser conservado) e o que não deve ser (passível de extinção).

Importante acrescentar aqui as considerações ponderadas por Fortuna (1999), o qual confere às “ruínas da cidade” uma ambigüidade no que diz respeito ao papel que desempenham na formação da identidade urbana.

“As ruínas das nossas cidades apresentam-se aos indivíduos com uma dupla qualidade: por um lado, são repositórios de outros modos de vida, por outro lado, estimulam a construção imaginada do presente. Esta construção reinventada do presente, feita a partir do fragmento disperso que é a ruína, terá forçosamente que ser uma construção parcial, feita à medida de sujeitos descentrados e do seu universo de referências. (FORTUNA, 1999, p. 30)”

É preciso deixar claro, mais uma vez, que as construções em si não são a *memória*, mas alguns dos mecanismos pelos quais ela é produzida. São, na verdade aquilo que já denominamos de suportes materiais que, aliados às experiências individuais e coletivas vividas nesses espaços, permitem que sejam criadas as condições de produção da memória social. São, portanto, uma das poucas formas de se contar o passado de uma sociedade quando os seus integrantes não estão mais presentes.

Tentamos, com essas considerações, formular uma noção sobre patrimônio. Evidentemente, não existe a possibilidade de se buscar um conceito definitivo. A intenção aqui foi apenas iniciar a abertura de novas possibilidades para o entendimento dessa “nobre” categoria. O próximo passo será analisar os elementos patrimoniais de ordem material de Parangaba, buscando a compreensão da dicotomia modernização/preservação que envolve os antigos espaços do bairro.

4.2 Elementos matérias que evidenciam a problemática da preservação em um contexto contemporâneo

Todos os dias, toda manhã
Sorriso aberto e roupa nova
Passarim preto de terno branco
Pinduca vai esperar o trem
Todos os dias, toda manhã
Ele sozinho na plataforma
Ouve o apito, sente a fumaça
E vê chegar o amigo trem
Que nunca acontece que nunca parou
Nessa cidade de fim de mundo
E quem viaja pra capital
Não tem olhar para o braço que acenou
O gesto humano fica no ar
O abandono fica maior
E lá na curva desaparece com sua fé
Homem que é homem não perde a esperança
Não
Ele vai parar
Quem é teimoso não sonha outro sonho não
Qualquer dia ele pára
E assim Pinduca toda manhã
Sorriso aberto e roupa nova
Passarim preto de terno branco
Vem renovar a sua fé
Homem que é homem não perde a esperança
Não.

(Milton Nascimento e Fernando Brant, Roupas Novas. Fonte: Portal Terra).

A canção acima retrata a situação de indivíduos com o uso do trem. Podemos dizer que os antigos moradores de Parangaba experimentaram, em tempos passados, algumas das sensações que a música tenta transmitir. A velha estação ferroviária do bairro é um ponto de referência primordial no processo de produção da memória social do lugar.

Mencionei o velho prédio quando foi recontado um pouco da história do local. Discuto, agora, como o mesmo tem significado importante para a construção da

memória social dos habitantes de Parangaba. Desativada há algumas décadas, o prédio se tornou o exemplo primordial na questão entre a necessidade de desenvolver e, simultaneamente, manter “vivo” as “áreas de memória”.

Na introdução deste trabalho, fiz referência a um evento ocorrido no ano de 2007, onde essa problemática foi exposta. De um lado, estavam os responsáveis pela elaboração do projeto do metrô de Fortaleza (farei mais adiante algumas considerações sobre o Metrofor, para compreender o porquê de ele ter se tornado o símbolo da dicotomia modernizar/preservar); de outro estavam aqueles que defendem a manutenção de antigos espaços.

O envolvimento de todos os atores sociais que, de alguma forma ou de outra estão relacionados com a problemática das transformações ocorridas no bairro, ou seja, moradores, comerciantes (residentes em Parangaba ou não) representantes do metrô, além das autoridades municipais em relação à política de conservação patrimonial, mostra-se, por vezes, contraditório o que complica muito a análise da já complexa relação existente entre as transformações e a manutenção, pois, cria uma situação de “conflito” ainda mais evidente. É importante deixar claro que o conceito de conflito não deve ser percebido, no que diz respeito ao que está sendo aqui abordado, como “briga” e sim um choque de percepções a cerca da produção do imaginário da cidade. Nas palavras de Simmel (1984) o conflito transcende a luta física:

“(…) em sociedade, a competição é uma luta por aplauso e esforço, isenção e devoção de todos os tipos, uma luta de poucos por muitos, assim como de muitos por poucos. Em resumo, é um tecido de milhares de elos sociológicos executado por meio de uma concentração consciente sobre a vontade, o sentimento e o pensamento dos semelhantes, de adaptação dos produtores aos consumidores, das possibilidades delicadamente multiplicadas de ganhar favor e conexão (SIMMEL; p. 140)”.

As diferenças acirradas entre os dois lados são o resultado da percepção que ambos têm sobre a cidade. Para os defensores da manutenção de determinados espaços para a preservação da memória de Parangaba, a cidade não possui memória, no sentido de que falta interesse em conservar o passado; já para os responsáveis pela construção do sistema de metrô (e nunca é demais lembrar que

estou falando aqui dos setores governamentais nas esferas estadual e federal e das empresas envolvidas na construção do equipamento de transporte), a necessidade de trazer melhorias que acompanhem o crescimento da cidade está em primeiro lugar, não podendo ser levantados obstáculos que impeçam a sua realização em virtude da constatação de que Fortaleza precisa acelerar para superar, como já foi mencionado o seu “histórico atraso”. Algumas declarações mostram essas diferenças de pensamento, como nos exemplos a seguir:

“Não queremos que Parangaba tenha a mesma imagem que já se criou no restante da cidade de Fortaleza. Uma cidade sem história, sem memória, sem cultura. Por isso estamos trabalhando para que essa estação seja tombada. Entendo que o metrô e tudo mais que vier para cá é importante para melhorar a vida das pessoas, mas não destruindo tudo o que vê pela frente (fala de um morador que diz participar do movimento social de preservação)”.

“As pessoas precisam entender que Fortaleza precisa dessa obra já que a cidade apresenta um problema sério em seu sistema público de transporte. Ela trará melhorias significativas para a população, principalmente os de baixa renda. Ela também beneficiará a cidade no que diz respeito à reorganização de espaços hoje abandonados, beneficiando esses lugares com novos empreendimentos (declaração de um superintendente do METROFOR durante a realização do Seminário de 2007)”.

Em ambas as correntes, encontramos problemas nas percepções que possuem sobre a cidade. Quando a primeira afirma que a cidade é “aculturada” (ou sem cultura como na entrevista acima) o faz sem perceber ou ignorando o fato de que toda cultura possui a propriedade de “aculturação”, se levar em consideração que qualquer cultura não é cristalizada, estando sujeita às transformações oriundas, muitas vezes, da necessidade de adaptações para que a própria cultura sobreviva. Mesmo em sociedades mais tradicionais, como os diversos grupos indígenas, suas culturas sofrem mudanças, mesmo que em ritmo mais lento (Laraia, 2006). Se em casos como esses, onde, mesmo em situação relativa de isolamento, ocorrem alterações em sua cultura, o que pensar então das cidades, onde a dinâmica entre fatores internos e idéias externas está em constante movimento, propiciando metamorfoses em ritmo muito mais frenético?

No que diz respeito aos idealizadores do metrô, o problema está na percepção que os mesmos têm sobre a idéia de crescimento. Como se pode perceber nos discursos realizados por seus integrantes, a justificativa para não manter a velha estação de Parangaba intacta está na “pressa” que a cidade possui em resolver seus graves problemas, relacionados à pobreza de boa parte de seus habitantes. A noção de desenvolvimento aí é empregada apenas em sua acepção econômica em detrimento das questões de ordem social, cultural e ambiental. Considerando que o desenvolvimento não significa somente a criação de oportunidades no aspecto econômico, Mesentier (2005) percebe que:

“Em muitos discursos, a noção de desenvolvimento torna-se quase um sinônimo de crescimento econômico. Mas desenvolvimento social é bem mais que crescimento da economia. Desenvolvimento social pressupõe também um amplo processo de superação das carências econômicas, políticas, sociais e culturais, baseado num aprimoramento das relações sociais em uma formação sócio-territorial. Entendido nesta dimensão, o processo de desenvolvimento tem como pressuposto um processo de permanente aprendizagem da sociedade. (MESENTIER, 2005, p.169)”

Também é válido afirmar que a idéia de desenvolvimento não significa evoluir de modo linear. Ocorre nesse processo uma instabilidade constante que se manifesta por meio de avanços, recuos e rupturas. Essa dinâmica é comum a qualquer formação sócio-territorial, constituindo-se em fatores que a moldaria. Como bem observou Habermas (1983),

“Um mecanismo endógeno de aprendizagem leva à acumulação de um potencial cognoscitivo que pode ser utilizado para a solução dos problemas sistêmicos geradores de crises. (...) Os processos de aprendizagem, portanto, têm funções de precursor (abridor de caminhos) no âmbito da consciência prático moral. (HABERMAS, 1983, p. 128-141)”.

Feitas essas constatações, descreveremos agora alguns aspectos sobre o Metrofor e sua inserção no contexto da Fortaleza contemporânea para compreender a sua ligação com os processos de construção da memória social em Parangaba.

A idéia de implantar na capital cearense um sistema de transporte metroviário surgiu pela primeira vez na segunda metade da década de 1980. A cidade vivia (e ainda vive, de certo modo) um período de grande crescimento populacional, um fenômeno que é conhecido por “explosão demográfica”. De fato, a população de Fortaleza cresceu de modo muito acelerado nos últimos 30 anos. Segundo dados obtidos por meio dos censos populacionais do IBGE, em 1980, a capital possuía cerca de 1.000.000 de habitantes; ao fim da primeira década do século XXI, esse número havia saltado para pouco mais de 2.500.000 pessoas.⁶

Com tamanho crescimento, associado à falta de ações concretas de planejamento urbano, muitas das pessoas passaram a ocupar áreas irregulares, sobretudo nas zonas oeste e sudoeste da cidade. A intenção dos idealizadores era proporcionar benefícios justamente para essa população fixada nos locais mais densamente povoados.

Por impedimentos legais e falta de recursos, o início das obras foi adiado por mais de uma década. De fato, em 25 de setembro de 1987, foi criado o Consórcio do Trem Metropolitano de Fortaleza, através da assinatura de acordos entre as antigas empresas que administravam o sistema de trens na capital, a RFFSA, CBTU, Governo do Estado e Governo Federal.⁷ Esses acordos foram modificados em três ocasiões ao longo de dez anos. Não surtiu muitos efeitos práticos, pois, em 1997, esse consórcio acabou sendo extinto.

Nesse mesmo ano, mais precisamente em dois de maio, por meio da lei nº 12.682, foi criada a empresa CCTM– METROFOR. Dias depois, foram estabelecidas as bases da nova empresa encarregada de desenvolver e modernizar o sistema de transporte urbano da capital. Mesmo assim, as obras só começaram a ser executadas no início de 1999 e desde então ainda não foram concluídas. Os atrasos ocorreram, sobretudo, devido às inúmeras paralisações ocasionadas por bloqueio de

⁶ Censo de 1980 e estimativas para a população de Fortaleza no ano de 2009.

⁷ RFFSA e CBTU são antigas empresas que administravam o sistema de transporte ferroviário brasileiro. As siglas significam, respectivamente, Rede Ferroviária Federal S/A e Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

recursos, após serem constatadas irregularidades por parte do Tribunal de Contas da União (TCU). Essas se referem especialmente a supostos desvios de recursos efetuados por parte das empresas envolvidas na realização das obras. Some-se ainda o fato de terem ocorrido alguns acidentes de trabalho vitimando, inclusive, alguns operários.

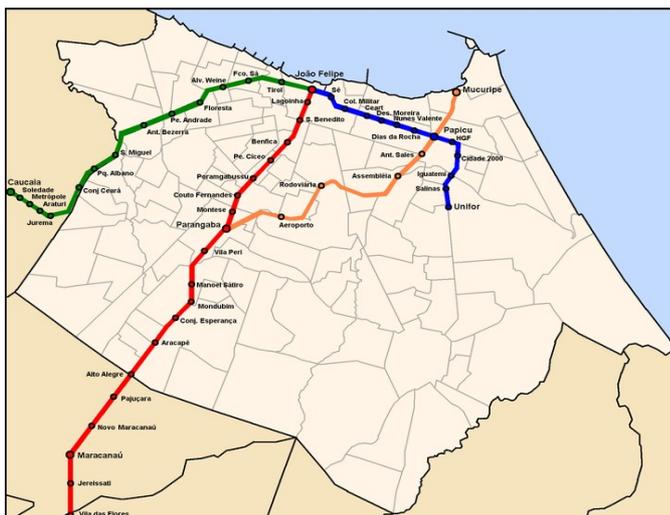


Figura 4 Mapa das linhas do metrô. Fonte: Wikipedia.org

Mesmo já tendo consumido alguns bilhões em dinheiro, ainda não há um prazo definitivo para a conclusão de todo o sistema. A promessa é de que ele seria entregue à população até o fim do ano de 2010. Assim retrata uma matéria veiculada no jornal de maior circulação da cidade, três anos antes desse prazo:

“O diretor de Planejamento e Expansão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Raul De Bonis, apresentou um prazo para a conclusão do Metrô de Fortaleza. ‘Do ponto de vista financeiro, nada impede que as obras sejam concluídas até 2010. Os recursos estão assegurados no Plano de Aceleração do Crescimento e não são contingenciáveis’, garantiu. O presidente do Metrofor, Rômulo Fortes, também confirmou o prazo. Segundo ele, desde o início da licitação, em 1997, com assinatura do primeiro empréstimo e criação do Metrofor, já foram gastos R\$ 607 milhões. Ele destaca que faltam ainda R\$ 579 milhões, que serão liberados pelo PAC, R\$ 142,3, de contrapartida do Estado, que já foram obtidos com empréstimo junto ao BNDES e R\$ 132 milhões a cargo da União (DIÁRIO DO NORDESTE, 13/09/2007)”.

Com a inclusão do empreendimento na lista de prioridades do Governo Federal, como foi mencionado no início deste trabalho, ainda em 2007, esperava-se

que o novo sistema de transporte realmente estivesse à disposição de seus futuros usuários, mas, nesse triênio, ocorreram mais atrasos, sendo um deles ocasionado pela indefinição a respeito da manutenção ou não da antiga estação de Parangaba, do qual discorreremos adiante. O novo prazo estabelecido pela empresa que administra a execução da obra foi o fim do ano 2011. Segundo informa o sítio oficial do governo do estado, cerca de 75% de tudo o que foi planejado já foi realizado. A extensão da linha do metrô abrange, além de Fortaleza, alguns municípios da região metropolitana como podemos observar no mapa acima.

A obra do metrô pode ser considerada uma daquelas que costumam “causar impacto”. É, na verdade, parte de um conjunto de realizações dos governos estadual e federal que visam o chamado “desenvolvimento” (entendido aqui, mais uma vez, em sua acepção econômica). Além do metrô, podem ser incluídos nesse “pacote de obras” o Porto do Pecém, refinaria, siderúrgica, estaleiro e um aquário, cuja finalidade é atrair um número maior de turistas para a cidade.

Alguns críticos chamam essas realizações de “obras faraônicas”, fazendo referência a sua grandiosidade e aos supostos impactos que elas podem causar na vida das pessoas e na imagem da cidade. Sua construção é, contudo, justificada pelas necessidades que já foram apontadas anteriormente: crescimento contínuo da população, instrumento de resolução de parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana, barateamento das tarifas de transporte público (o que beneficiaria a população de menor poder aquisitivo), requalificação de espaços ditos “degradados” e a necessidade de integração entre Fortaleza e os municípios da região metropolitana. Independente disso, o Metrofor está exercendo um papel determinante nos processos de construção da memória social de Parangaba. Primeiro como ameaça concreta ao patrimônio urbano do bairro, depois como o principal elemento de transformação da paisagem e da redefinição dos usos do espaço.

4.3 Dilemas entre modificar e preservar

Esta seção tem por objetivo esclarecer alguns acontecimentos que se sucederam a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, que tornaram evidente a problemática existente entre aqueles que são a favor do

“desenvolvimento” e os adeptos da conservação dos lugares antigos. É importante mencionar aqui que existe na cidade de Fortaleza uma idéia do senso comum e muito difundida de que “a cidade não possui memória”.

A esse respeito, embora não seja uma verdade científica, ela pode ser manifesta por meio de ações que acabam destruindo os elementos materiais que dão suporte para a construção da memória social. Poderíamos afirmar também que isso seria o resultado de uma sociedade que, de modo geral, apresenta grandes índices de desigualdade social, analfabetismo relativamente elevado e o baixo consumo de produtos ditos culturais. Nessas condições, podemos afirmar que os atos de vandalismo contra o patrimônio urbano. Isso alimentaria um ciclo vicioso que ajudaria a difundir ainda mais a percepção de uma cidade que despreza o passado. Sobre essa suposta falta de memória na capital cearense, Gondim (2001b) questiona:

“Mas que memória é essa que nos falta? O conhecimento do nosso passado histórico? O reconhecimento da importância dos eventos de ontem, para a compreensão dos acontecimentos de hoje e daqueles que o futuro nos reserva? O apreço dos vestígios do que não pode mais voltar? (GONDIM; 2001b, p.175)”.

Em Parangaba poderíamos encontrar algo semelhante, mas não é bem isso que ocorre naquele lugar. Não há dúvidas de que a velha estação assume importante significado para os moradores do bairro. Esse sentimento foi o que motivou o desejo dos habitantes em preservar aquele suporte de memória. Ocorre aí uma situação bastante peculiar: quem supostamente pretendia eliminar o referido “espaço de memória” não era ninguém com baixos índices de instrução educacional, mas sim os dirigentes do metrô, que supostamente são detentores de maior “conhecimento”.

A “disputa” entre os moradores e os construtores do metrô começa no ano de 2005. Já sabendo que o Metrofor pretendia demolir a velha estação, os moradores, organizados em um movimento que ficou conhecido por Comitê Pró-Tombamento, resolveram procurar o apoio da prefeitura para alcançarem seu objetivo. Atendendo aos pedidos dos moradores, a prefeitura de Fortaleza, no ano de 2006, resolveu tombá-la, ainda que de forma provisória, o prédio mais do que centenário.

A questão ganha contornos mais “dramáticos” no ano seguinte. No já citado seminário em comemoração ao aniversário da cidade, houve o encontro das duas correntes as quais podemos chamar, por assim a ocasião permitir, de antagônicas. Foram expostas ali as idéias de ambas, o que gerou certa tensão e até mesmo troca de “farpas” entre as mesmas. Vale registrar, mesmo que esse fato não tenha importância para a compreensão da problemática aqui analisada, que quase a totalidade do público que ouvia as explicações dos dirigentes do metrô resolveu vaiar os responsáveis pela obra.

Pelos discursos apresentados por integrantes das duas vertentes, é possível perceber contradições em suas propostas. Aqueles que pertencem ao movimento preservacionista defendiam, na ocasião, que a estação possui um estilo único, com o desenho arquitetônico inspirado em construções alemãs e que o prédio localizado em Parangaba seria o único exemplar existente no Brasil. Desse modo, argumentavam que a mesma não deveria sofrer alterações em sua estrutura, devendo, no máximo, ser reformada, mas sem mudar nenhum aspecto que pudesse por em risco a sua caracterização. Sob essa ótica, poderíamos afirmar que o movimento de preservação parangabense estaria próximo daquilo que Barreira (2001) concebe como “expressão da nostalgia”. De acordo com a autora, essa corrente de preservação de espaços urbanos, apresenta-se com uma postura “fundamentalista”, de retorno ao passado, por meio da manutenção dos antigos conjuntos arquitetônicos, sem modificações significativas.

“As formulações dessa crítica social questionam inclusive a prioridade conferida a obras turísticas: Praia de Iracema, Ponte Metálica, Centro Cultural Dragão do Mar e Aeroporto Internacional Pinto Martins. No âmbito dessa postulação crítica a respeito das intervenções urbanas, destaca-se a idéia de que elas reproduzem a chamada ‘Fortaleza dos Pobres’ e ‘Fortaleza dos Ricos’ (BARREIRA; 2001, p.35)”.

Contradiz, contudo, quando os adeptos da preservação da estação defendem que, depois de concluído o tombamento, o local fosse transformado em um espaço para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer para a comunidade. Nesse sentido, eles se afastam da visão mais radical e se aproximam da corrente defensora dos processos de transformação planejada, onde os antigos espaços são

remodelados e passam a fornecer novas funções diferentes daquelas que exerceram no passado.

“Recuperar o passado não é, entretanto, voltar no tempo, mas reinventá-lo. Diferente dos usos pioneiros, os equipamentos urbanos viram espécies de ‘museus’, readquirindo novas funções sociais ou políticas. A própria idéia de patrimônio significa a tentativa de ‘contar’ o passado adaptando-o à nova linguagem do presente. Não deixa de ser sintomático que o centro da maioria das cidades nordestinas seja nesse momento alvo de remodelação (BARREIRA; 2003, p. 234)”.

POSIÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PROBLEMÁTICA DA PRESERVAÇÃO EM PARANGABA	
QUEM SÃO	O QUE DEFENDEM
MOVIMENTO SOCIAL DE PRESERVAÇÃO (Formado por moradores, contando com o apoio formal das autoridades municipais).	Em seus discursos, defendiam, primeiramente, a manutenção da estação. A seguir, desejavam a revitalização do local e sua transformação em espaço cultural. Passaram, posteriormente, a contar com o apoio oficial para o tombamento de outras edificações.
METROFOR (Constituído por autoridades governamentais, empreiteiras, e outras pessoas ligadas à execução da obra. Conta com o apoio de comerciantes, residentes ou não, e empresas da construção civil).	Defendem a necessidade de construção da obra como uma das soluções para o problema de transporte e mobilidade urbana de Fortaleza. Rejeitam a idéia de que não se preocupam com a preservação patrimonial.

Ainda existe outro elemento paradoxal nas reivindicações por parte do movimento preservacionista do bairro. É fato que a atuação da organização se mostra de grande importância no que diz respeito à manutenção, contudo, em seus discursos (ou pelo menos em seus discursos iniciais) não são feitas referências à preservação de outras construções que estão situadas nos arredores da plataforma ferroviária, talvez tão importantes para a construção da memória social local, quanto o conhecido prédio.

Contra-pondo-se às expectativas dos moradores, os dirigentes da obra de transporte insistiam que para o metrô poder continuar sendo executado a fim de que fosse inaugurado no tempo previsto (até então fins de 2010) seria necessária a demolição da estação. Argumentavam que uma reformulação do projeto da linha

implicaria em mais demora e custos financeiros, não tendo alternativa senão a extinção do prédio histórico. Vale lembrar que a proposta de derrubada seria levada adiante mesmo depois do tombamento provisório do ano anterior. A contradição existente nos responsáveis pelo metrô está no fato de que em seus discursos reconhecem a importância da memória para a cidade, sem, todavia, apresentar uma solução para poupar a estação parangabense da demolição.

Na véspera do evento em comemoração ao aniversário da cidade, um importante jornal local fez uma matéria sobre a situação que envolvia as partes em litígio. Reproduzo aqui alguns trechos que contém discursos proferidos, mostrando as diferenças existentes entre as partes.

“O imbróglio começou por conta da posição do Metrofor em implantar a estação aérea. Pelo projeto da companhia, um viaduto ligará a Vila Peri ao bairro Couto Fernandes, atingindo exatamente a estação da Parangaba. *‘Se não fizermos esse viaduto, teremos muitos problemas, porque aqui já existe um nó viário muito grande’*, diz o economista Fernando Mota, assessor da Presidência do Metrofor. Se o projeto for mudado, segundo ele, vai implicar em *‘problemas sérios de custos e de prazos’*. A estimativa da companhia é de um prejuízo de R\$ 12,1 milhões. Mota rechaça a utilização do termo *‘destruição’*. De acordo com ele, o metrô não vai simplesmente *‘destruir’* a estação. *‘Essa palavra é muito forte. Entendemos a importância do equipamento histórico e nos preocupamos com isso. Ninguém vai tirar a estação dali a troco de nada. Vamos construir um Memorial ao lado’*. Fernando Mota não soube informar o valor estimado do Memorial, que será de responsabilidade do Metrofor (O POVO, 11/04/2007, grifos meus)”.

Temos, portanto, uma reprodução daquilo que havíamos observado a respeito do posicionamento dos dirigentes do metrô: reconhecem o valor histórico da edificação, mas não apresenta solução que a mantenha de pé. É contraditória, também, a recusa em aceitar o termo “destruição”, mesmo que fosse isso que estava sendo proposto, embora pretendessem construir o “Memorial da Parangaba”.

Já os que defendem a manutenção da antiga edificação questionavam o porquê da empresa de transporte ter escolhido justamente aquele local para construir o viaduto metroviário, além de não concordarem com o projeto de extinção do patrimônio urbano, mesmo depois de iniciado o processo de tombamento.

“Em agosto do ano passado (2006), a Funcet iniciou o processo de tombamento da Estação Ferroviária da Parangaba que, conforme a diretora do

Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do órgão, Ivone Cordeiro, já está em fase de conclusão, faltando apenas ser homologado. Ela explica ainda que, aberto o processo, é realizada uma pesquisa arquitetônica e histórica, de avaliação técnica do prédio. *'Antes da comunidade pedir o processo ao Conselho (Municipal de Cultura), já tínhamos a indicação da Estação para tombamento. Não há dúvidas quanto ao valor histórico do prédio. O relatório está em fase de conclusão e aponta no sentido do tombamento'*, informa. Ao iniciar o processo, o prédio já é considerado tombado, mesmo que não esteja concluído, por isso a Estação não pode ser demolida pelo Metrofor, avalia Ivone. A diretora afirma que a Funcet está aguardando o término do processo de tombamento para planejar algo para o local. O professor de português e técnico em Turismo Paulo Roberto Ferreira, 36, é um dos autores do pedido de tombamento. *'Nasci na Parangaba e tenho família aqui. As pessoas queriam que houvesse uma revitalização no centro histórico'*. O pedido à Funcet foi feito em junho de 2006, tendo sido aceito dois meses depois (o tombamento provisório) (O POVO, 12/04/2007, grifos meus)."

A ambigüidade apontada agora diz respeito aos discursos daquelas pessoas encarregadas pela elaboração de políticas públicas de preservação patrimonial. A fala da diretora aponta no sentido de que as pessoas possuem interesse em preservar os espaços de produção de memória. Isso se repetiu durante o evento citado, onde foi frisado que "a cidade e seu povo tem, por direito, manter espaços antigos e também recentes", pois os mesmos seriam "representações da dimensão fundamental da experiência humana". Naquela ocasião, ela fez questão de renegar a velha afirmativa de que os indivíduos não possuem memória, contudo, quando analisava a demolição de um antigo prédio em outro bairro já no ano de 2008, essa mesma diretora afirmou que Fortaleza é "um dos poucos lugares onde não há interesse em preservar edificações históricas" mesmo que haja recursos para a recuperação desses espaços.

O que pôde ser notado, por meio dos fatos narrados, foi a troca de "acusações" entre as partes envolvidas. Os integrantes do Comitê Pró-Tombamento afirmavam que os dirigentes do metrô eram "autoritários", já que não teriam ouvido seus interesses no tocante à salvaguarda da estação; os responsáveis pela obra responderam que o tombamento do prédio foi "propositual", realizado somente para "atrapalhar" o andamento da construção da linha metroviária e que tal intenção tinha "fins políticos". Dias depois, moradores e simpatizantes do movimento

preservacionista deram uma demonstração de sua reivindicação, promovendo um “abraço simbólico” na antiga construção.



Figura 5 Construção do viaduto atingiria a estação. Foto de 2007. Fonte: Flickr

O Metrofor mostrou-se, de certo modo, irredutível em relação ao que poderia ser feito com o antigo prédio de Parangaba. Mesmo sob a ameaça de ser processado, pois, embora os procedimentos para que a estação fosse definitivamente tombada ainda estivessem na fase inicial, a empresa já não poderia decretar, por sua livre escolha, pela demolição daquele espaço. Ao ser iniciado um processo de tombamento, uma edificação já não pode ser alvo de nenhum tipo de interferência que ponha em risco a sua integridade.

A questão seguiu gerando polêmica por todo o ano de 2007, até que em dezembro finalmente foi concluído o processo que determinava a manutenção do prédio. Diversos veículos de comunicação divulgaram a decisão tomada pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão ligado à Fundação de Cultura, Esporte e Turismo (FUNCET) da prefeitura de Fortaleza. Segue abaixo o resumo dessa decisão.

“A Prefeitura Municipal de Fortaleza determinou através do decreto 12313/2007, retroativo a 13 de dezembro de 2007, o tombamento histórico e cultural, em caráter definitivo, do imóvel da Estação Ferroviária de Parangaba. Dentre as várias funções de um tombamento, uma é reforçar a noção de cidadania na medida em que são identificados, no espaço público, bens a serem utilizados em nome do interesse público. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, diz que “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas”.

Resolvida a questão por parte das autoridades municipais, não restou ao Metrofor adotar soluções que visassem manter a estação. Foram então propostas três alternativas: 1) a transladação (ou deslocamento) do prédio para o lado da praça principal do bairro; 2) construção de uma réplica do prédio original em outro local; 3) construção do já mencionado memorial do bairro, no lugar da edificação.

Nenhuma das opções foi aceita pelo movimento preservacionista. A primeira, apesar ter sido apontada como a mais segura, não oferecia, segundo a organização, garantias totais quanto à conservação da estrutura do prédio, além de ser o procedimento com os custos mais elevados (algo superior a R\$ 5.000.000.00); a segunda foi prontamente descartada já que permitia a derrubada da construção antiga; e, finalmente, a edificação do Memorial da Parangaba foi vista pelos moradores como um “monumento que homenagearia a destruição do patrimônio do bairro”, palavras essas pronunciadas por um dos componentes do Comitê Pró-Tombamento. Para a organização que defende o patrimônio, o desvio no viaduto do metrô seria a única opção para livrar aquele espaço da sua extinção.

Continuando o impasse, chegou a ser anunciada, em janeiro de 2008, que o futuro da estação seria mesmo a sua derrubada. De acordo com as informações divulgadas por um portal de notícias sobre esse assunto, a possível demolição ocorreria nas últimas semanas daquele mês. Os moradores chegaram a pensar em organizar um protesto a ser realizado no dia e na hora de sua execução.

“Está marcada para o próximo dia 20 de janeiro, domingo, a demolição da estação ferroviária da Parangaba. A informação é do Comitê Pró-Tombamento da Estação Parangaba. Se a demolição ocorrer, já que o imóvel está tombado por decreto municipal, a decisão vai de encontro ao recomendatório do Ministério Público Estadual, que impede intervenção que ameacem as estruturas da edificação poderiam ser levadas a efeito. Graças a intervenção da comunidade, a estação de Parangaba continua de pé. O surgimento do Comitê Pró-Tombamento da Estação de Parangaba (CPTEP) demonstra à sociedade fortalezense que a população pode e deve intervir nos rumos da preservação da memória na cidade. As propostas até então apresentadas pela administração do Metrofor não contemplam a preservação da edificação, mas sempre sua demolição. Atualmente, técnicos e engenheiros do

Metrofor *marcam continuamente o dia da demolição da estação*. Será que esse ícone histórico vai mesmo virar entulho? (ZONA MIX, 17/01/2008, grifos meus)".

As pendências se seguiram, sem que, de fato, o prédio fosse demolido. No mês seguinte, nova solução foi apresentada: o rebaixamento de dois ou três metros da edificação para que o viaduto metroviário pudesse ser concluído sem a necessidade de demoli-la. Após reunião que envolveu a prefeita e o governador, foi decidido que essa seria a solução mais barata que poderia ser posta em prática. Mesmo que não tenha sido a alternativa "ideal", segundo o movimento de preservação, por fazer com que parte da estrutura fosse "enterrada", a titular do executivo municipal declarou que a proposta atendia aos interesses das partes em litígio.

É de se observar que no discurso de Luizianne Lins podemos identificar a reprodução, em parte, da velha afirmação de que a capital cearense é desmemoriada. Em sua entrevista ao periódico Diário do Nordeste, quando da firmação do acordo sobre o destino da estação, ela declarou:

"Esta [rebaixar a estação] foi a proposta mais acertada porque atende aos anseios da população do bairro e preserva a história da cidade. *Vivemos em uma cidade com pouca história. Precisamos preservar os que nos resta*. Acabar com os monumentos, transferindo-os de lugar e substituindo por outros modernos é uma mentalidade tacanha que precisa acabar' (DIÁRIO DO NORDESTE; 22/02/2008, grifos meus)".

Os procedimentos que foram adotados consistiam em um rebaixamento da estrutura do prédio, por meio de escavações ao seu redor. "Amarrada" por cabos de aço e com as paredes revestidas por espuma, isopor e madeirite para que as mesmas pudessem resistir à pressão enquanto estivessem em movimento, o peso da edificação faria com que a mesma afundasse lentamente.

Na visão de um dos responsáveis pelo Metrofor, a execução dessa técnica, até então inédita no estado, deixaria aquele suporte de memória "encaixapado" e com pouca visibilidade, mas reconhecia que era a solução mais viável naquele momento, devido aos baixos custos que tal ação proporcionava. Os trabalhos foram iniciados mais de um ano depois de ter sido decidido pela "diminuição" da altura do

prédio. Em junho de 2009, foram realizadas as primeiras escavações com a finalidade de por em prática a solução adotada. Os trabalhos duraram cerca de três meses, quando, em setembro, finalmente, foram concluídos. O término dessa intervenção foi noticiado por diversos meios de comunicação. Destaco aqui trechos da matéria produzida por um deles.

“A obra de **rebaixamento da estação ferroviária da Parangaba**, tombada pelo patrimônio histórico, foi concluída esta semana. Agora, o prédio está livre da demolição, como queriam os moradores do bairro. Foram meses de planejamento até o fim da execução de um projeto de engenharia inédito. O prédio da estação foi rebaixado por igual, centímetro a centímetro, até descer 3,5 m e ficar na altura em que está o topo do prédio, para não tocar o elevado por onde passarão os trilhos do metrô. *‘Foi um trabalho de engenharia maravilhoso. Eu estou feliz’*, elogiou o aposentado Sérgio Severo. O rebaixamento pôs fim a uma polêmica. A idéia inicial era demolir a antiga estação, construída no século XIX. Os moradores da Parangaba se mobilizaram e, há dois anos, a [Prefeitura de Fortaleza](#) fez o tombamento do prédio como patrimônio histórico do município (PORTAL VERDES MARES, 18/09/2009, grifos meus)”.

Finalizada essa etapa, foram realizados alguns trabalhos complementares, sendo o principal deles a construção de um sistema de drenagem que funcionará de modo automático para que não haja riscos à estrutura da velha estação. O próximo passo, segundo o Comitê Pró-Tombamento, seria a execução de obras que dessem uma “nova vida” ao local. Nas palavras de Alexandre Gomes, um dos líderes do movimento preservacionista, “o ideal seria também a criação de um museu comunitário que pudesse conquistar [entenda-se contar] um pouco da história da memória da população de Parangaba (O POVO, 18/09/2009)”.

Terminava, assim, um dos episódios mais emblemáticos ocorridos em Fortaleza nos últimos anos que teve como foco a díade transformar/preservar. Se fossemos apontar um vitorioso entre os grupos oponentes, seria válido afirmar que os defensores do patrimônio urbano obtiveram uma “vitória” ainda que essa seja apenas parcial. Se por um lado, eles impediram que a edificação viesse abaixo, em contrapartida, não conseguiram êxito no tocante à manutenção da estrutura original, uma vez que foi preciso realizar alterações para a sua acomodação.

Ressalte-se também que o movimento em Parangaba só se tornou possível porque tiveram como líderes personagens com grau relativamente elevado de instrução a respeito da importância que as velhas edificações assumem como espaços de produção e

conservação da memória social urbana. Não estamos, todavia, negando a participação decisiva dos moradores em geral, que, como procuramos demonstrar no capítulo anterior, possuem fortes relações com o espaço físico, mas, afirmando que, para “fazer frente” à posição do Metrofor em demolir a edificação, a organização precisava de pessoas que, além de serem ligadas ao local, possuíssem a capacidade de desenvolver argumentos que pudessem sensibilizar tanto os dirigentes do empreendimento quanto os órgãos públicos encarregados de elaborar políticas de conservação patrimonial.

Isso demonstra que a presença de um movimento social organizado é importante no desencadeamento desses processos. Faz alguns anos que ocorreu a demolição de um prédio histórico em outro antigo bairro da capital sem que nenhuma providência tivesse sido tomada no sentido de tentar impedir a sua extinção. Nesse exemplo, os moradores também possuíam interesse em preservar a edificação, entretanto, esbarraram na falta de organização e não conseguiram evitar a destruição da mesma.⁸

Para finalizar este capítulo, apresento alguns depoimentos mostrando as diferentes posições (ou percepções) dos moradores de Parangaba quanto às suas expectativas em relação à preservação dos espaços antigos existentes no bairro e também como vêem a chegada dos novos empreendimentos. Resolvi não fazer classificações, já que é possível que se crie distorções. A seguir, as falas de diferentes moradores.

“Temos que nos conscientizar de que a manutenção das construções velhas é importante para conservação de nossa própria história. O que adianta chegar novas coisas por aqui se for para acabar com tudo aquilo que representa o passado? Não, não podemos admitir uma coisa dessas. Falta mais respeito com a gente que é morador daqui. Queremos a manutenção e se possível a reforma do prédio para ser um espaço de lazer (depoimento de um morador que diz ter participado do movimento de conservação patrimonial)”.

“Seria legal que, além de preservar o patrimônio histórico, aqui fosse feito alguma coisa para aproveitar esse local. Poderia abrir aqui um centro de atividades profissionalizantes ou de cultura. Aqui temos muitas crianças que passam o dia inteiro nas ruas, muitas vezes, usando drogas e cometendo crimes. Bem que esse lugar podia servir para abrigar essas crianças, trazer para elas algum futuro (fala de um jovem)”.

⁸ Estou fazendo referência ao antigo prédio do Cine Messejana, derrubado em março de 2008. Na ocasião, a diretora do DPH-FUNCET afirmou que se a comunidade tivesse se organizado poderia defender o patrimônio urbano.

“Ah... o trem. Sinto uma imensa saudade dos tempos em que andava nele. Infelizmente, ele não vai mais voltar, mas daquele prédio guardo lembranças maravilhosas. Foi ali que encontrei pela primeira vez a minha futura esposa. Namorávamos muito, esperando o trem (risos). Se ele não vem mais, que pelo menos se mantenha aquele lugar. Não só ele, mas essas casinhas também porque elas “conta” uma parte da vida de muita gente aqui (entrevista de um idoso)”.

“Quando ouvi falar que o metrô passaria pelos lados de cá, fiquei entusiasmado, pois acho que isso representaria ganhos para todos os moradores. É importante sim que se conserve a história, mas lhe digo que a obra é importante para o bairro porque vai vir mais gente pra cá e isso significa mais ganhos para o comércio e para todas as pessoas (discurso de um comerciante)”.

“Sou moradora nova do bairro. Cheguei aqui acho que está com três anos. Não conheço a história do bairro, mas já ouvi falar dessas pessoas que lutaram pela manutenção da estação e desses outros prédios. Ouvi dizer que elas estão lutando por melhorias, penso que elas estão certas. Quanto a mim, acho que a chegada do metrô e de novos empreendimentos vai melhorar a vida de todos, vai trazer mais comodidade quando estivermos procurando alguma coisa. O bairro sempre foi visto como de periferia ou subúrbio, talvez agora ganhe mais notoriedade dentro da cidade (percepção de uma recém-chegada)”.

Podemos perceber que os discursos que mais se afastam da problemática da manutenção do patrimônio histórico são os dois últimos. Isso não significa, entretanto, que os que pertencem a esses dois setores sejam contra a manutenção dos velhos espaços. Suas percepções são construídas, em boa parte, na expectativa que possuem sobre a chegada de novos equipamentos prestadores de serviços e de bens de consumo. A idéia de mudança aparece em primeiro lugar nas falas desses moradores ou transeuntes, a de manutenção ocupa, geralmente, o segundo plano. Com relação a esse fato, é interessante a observação feita por Souza Júnior (2005), sobre a idéia de progresso em uma pequena cidade:

“O principal sonho do habitante da cidade (...) é vê-la industrializada, como já havia ocorrido com outras cidades mineiras, como Juiz de Fora. *Lembramos que, até então, a idéia de preservação não assolava as mentes da população, a ordem do dia era uma só: modernizar.* Para esse grupo de pessoas, seria impensável que a cidade símbolo do ‘el dourado’ hoje sucumbisse à monotonia e morosidade de uma simples cidade do interior. *A cidade ‘berço da civilização mineira’ tinha que continuar existindo, nem que para isso tivessem que lhe amputar uma parte da história* (SOUZA JÚNIOR, 2005, p. 181-183, grifos meus)”.

Não parece que Parangaba esteja passando por uma situação semelhante àquela vivenciada pela cidadezinha mineira, como demonstram as ações do movimento social e as perspectivas da maioria de seus habitantes. Vale lembrar, porém, que os as mudanças nunca fluíram tanto na direção do bairro como em tempos atuais.

Foram e continuam sendo nesses embates entre os adeptos das transformações e aqueles que defendem a manutenção das antigas edificações que os processos de construção da memória social urbana vão se firmando. A chegada de novos equipamentos ao local faz com que o bairro fique descontextualizado, ou melhor, são esses novos empreendimentos que redefinem o contexto urbano, onde os antigos espaços são recontextualizados por meio da presença daqueles em consonância com os novos atores sociais.

O jogo urbano é modificado aos poucos, na medida em que são definidas novas formas de ocupação e usos do espaço. Não se pode afirmar ao certo até que ponto as transformações experimentadas por Parangaba vão influenciar nos processos de produção do imaginário espacial do lugar, mas é concebível que elas constituem fator preponderante na edificação da memória (ou na desconstrução desta).

5. INTERVENÇÕES URBANAS E REDEFINIÇÕES DO ESPAÇO EM PARANGABA

O objetivo deste breve capítulo é fazer algumas análises sobre as políticas públicas de intervenção urbana postas em prática no bairro. Não se pode deixar de considerar, todavia, a própria obra do metrô como um dos principais elementos nesses processos de interferências no espaço físico do bairro, além dos novos ocupantes que dele irão fazer um novo local de interações sociais.

É sabido que recuperar o passado não significa, obviamente, voltar no tempo de forma que “tudo voltasse a ser como era antes”. A memória urbana é compreendida como a “presença do passado” e essa mesma memória “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”, para parafrasear Nora (1993, p.9), mas reviver esse passado é atribuir novos sentidos aos espaços ora “degradados”

O modelo de intervenção urbana no que diz respeito às ações postas em prática nos antigos espaços ditos “em declínio” tem sido ultimamente aquele que é fundamentado na perspectiva de transformar os velhos conjuntos arquitetônicos, cuja finalidade é dar-lhes funções diferentes de seus usos originais. Trata-se de uma série de ações no sentido de dar “vida nova” aos espaços físicos “degradados”, por meio de inserção de novas atividades, com o objetivo de buscar uma espécie de “diálogo entre passado e presente” Não se trata de recuperar as seculares construções em si mesmas, mas antes usá-las como meios de promoção cultural.

“Repensar a cidade sob a ótica de sua memória, ou de sentidos elevados à categoria de patrimônio, supõem compreender o significado de prioridades e projeções temporais que aparecem como coletivamente construídas, embora sejam objeto permanente de disputas simbólicas. O que se preserva e o que se modifica não é auto-evidente, fato que remete à questão dos interesses de diferentes atores sociais. O que preservar, como mudar, ou o que mudar são questões que vem à tona atualmente com mais evidência, alimentando o plano de representações sobre a cidade contidas nos diferentes discursos. (BARREIRA, 2001, p.30)”

Interessante notar que alguns desses projetos de intervenção podem vir acompanhados de obras que causam “grandes impactos”. Um exemplo disso foi percebido por Gondim (2001c), analisando o entorno de uma tradicional área da cidade. O projeto de promoção cultural da Praia de Iracema teve como principal elemento a construção do badalado Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, cuja finalidade, segundo a autora, na

perspectiva de seus idealizadores, é a promoção da imagem de Fortaleza como cidade global e pós-moderna.

“(...) os governos municipal e estadual, apostando no turismo como indutor do crescimento econômico, têm promovido a imagem de Fortaleza como um animado balneário. A construção do Centro Dragão do Mar pode ser apontada como parte desta mesma tendência, com uma peculiaridade: trata-se de um projeto que pretende articular turismo, *renovação urbana* e *política cultural*, a exemplo do que tem sido feito em cidades norte-americanas e européias... (GONDIMc; 2001, p. 16, grifos meus.)

Se for válido afirmar que os processos que envolvem a remodelação e a preservação dos antigos espaços servem também, para aqueles que colocam em prática as ações intervencionistas, para afirmar sua legitimação política, o exemplo citado acima é um caso típico que, simultaneamente, alia promoção cultural com suporte político para seus idealizadores. Em certos casos, pode haver a união entre o poder público e a iniciativa privada, pois, modelos de redefinição como o deste exemplo atendem aos interesses de certos setores econômicos, como a indústria do turismo e o ramo hoteleiro.

Por outro lado, se a luta pela manutenção dos espaços indispensáveis para a construção da memória social for entendida como um dos vários processos percorridos em busca da cidadania em uma sociedade plenamente democrática os movimentos engajados nesses tipos de reivindicações podem desempenhar papéis relevantes. Nos anos 1980, com a sociedade brasileira buscando a redemocratização do país, há a ascensão de diversos grupos urbanos que, lutando não apenas por melhores condições econômicas, mas também pelo desejo de que as cidades oferecessem condições de vida mais dignas, a questão do patrimônio urbano também teve atenção ampliada. O resultado disso foi o aumento do número de áreas que passaram a ser protegidas de forma legal.

O movimento preservacionista de Parangaba parece caminhar na direção daquilo que foi denominado por “transformação planejada”, mesmo que, como procuramos demonstrar, em seus discursos iniciais foi possível perceber alguns elementos presentes nos princípios daqueles que são mais críticos. Ao contrário das correntes ditas “radicais”, as reivindicações dos moradores do bairro não se limitam à recuperação dos prédios antigos em si, mas que os mesmos (especialmente a estação ferroviária) sejam transformados em espaços de uso cultural, como foi relatado anteriormente.

Tais ações, entendidas como aquilo que descrevemos acima, ou seja, como parte integrante de processos de melhoria de vida nas zonas urbanas, refletem aquilo que os moradores pensam. Eles acreditam que tal transformação dos velhos espaços em questão,

para além da mudança estética e da suposta “vida nova” para as referidas áreas, pode ajudar, em parte, na resolução de problemas sociais do bairro, como a criminalidade e o envolvimento de crianças e adolescentes com o uso de drogas.

As intervenções postas em prática no sentido de conservação patrimonial, contudo, não estão livres das contradições que as mesmas podem gerar. Como foi dito anteriormente, pode haver o encontro de interesses entre o poder público e o setor privado. A esse respeito é interessante notar o que nos relata Arantes (2000) sobre esse fato:

“(…) governantes e investidores passaram a desbravar uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro – o negócio das imagens. O ‘tudo é cultura’ da era que parece ter se inaugurado nos idos de 1960 teria, pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de *culturalismo de mercado* (ARANTES; 2000, p. 16, grifos no original).

Como se pode ver, essa espécie de associação pode muitas vezes não seguir o caminho exato proposto por aqueles que lutam pela conservação patrimonial. Sob à ótica da preservação dos conjuntos arquitetônicos, as intervenções reservam espaço para a atuação de diversos segmentos da economia, principalmente a indústria imobiliária. Na percepção de Mesentier (2005), então

“Estamos (...) diante de um processo onde, com relação ao mesmo objeto, se movimentam forças cujos objetivos não são plenamente coincidentes. Enquanto movimentos sociais organizados e o interesse social difuso pelo patrimônio atuam pela preservação de áreas urbanas, movidos pelo seu interesse em utilizar e usufruir destas áreas como objetos de referência cultural e de construção da memória social, surge, em paralelo, a perspectiva de integrar as áreas patrimoniais de modo mais dinâmico à vida econômica e ao mercado imobiliário das cidades. Colocam-se, portanto, dilemas para a política de preservação que carecem ainda de um consistente, conseqüente e completo equacionamento (MESENTIER; 2005 p. 176, grifos no original)”.

Por meio das considerações feitas até agora, pode ser afirmado que: um processo onde a luta em defesa do patrimônio tem por objetivo apenas a conservação dos suportes materiais para a construção da memória social, as tentativas de expansão de determinados ramos de consumo, de certo modo, podem ser limitadas. Quando, ao contrário, o tombamento de áreas ditas patrimoniais é acompanhado do discurso da “revitalização urbana”, abrem-se espaços para a atuação desses segmentos da economia de mercado.

O que dissermos então do caso de Parangaba? Com o desejo de manter conservadas as velhas edificações do bairro e sua transformação em espaço cultural, não fica difícil, em

um primeiro momento, apontarmos em qual direção está caminhando esse processo. A sonhada revitalização ainda não ocorreu, nem a obra do “moderno” metrô da cidade, que substituirá a “decadente” ferrovia, está concluída, mas já é possível perceber que o bairro já está se tornando alvo de empreendimentos imobiliários e comerciais, como pode ser observado nos últimos anos. A partir da conclusão do Metrofor, é esperada uma supervalorização do entorno por onde o meio de transporte segue seu percurso.

Por outro lado, não resta nada a dizer sobre o fato de que a construção do metrô representa um dos muitos elementos que estão ou foram criados no sentido de dar à cidade de Fortaleza uma imagem de centro urbano contemporâneo, em sintonia com as mudanças vivenciadas por outras cidades brasileiras e estrangeiras. A obra ganhou ainda mais destaque na lista de prioridades da esfera governamental no ano de 2009, quando a capital cearense foi escolhida, juntamente com mais onze cidades brasileiras, como uma das sedes do campeonato mundial de futebol de 2014. Ela promete ser, também, um dos mentores nos processos de requalificação urbana... mas apenas no que diz respeito ao centro. Quem visita a página institucional da empresa observa a seguinte proposta sobre essa temática:

“O Centro de Fortaleza, que reúne o maior patrimônio cultural do Ceará, com prédios de inestimável valor histórico, monumentos e áreas que fazem parte de nossa cultura, enfrenta grandes problemas urbanísticos, de tráfego e superlotação. Com a implantação do METROFOR, a saída da linha férrea do Centro da cidade e a liberação de algumas áreas que hoje são ocupadas por terminais de transportes, o tráfego ficará mais livre. Isso proporcionará uma significativa requalificação nas áreas de habitação e serviços. A atual estação João Felipe será resgatada para a população e o Centro vai ganhar abertura direta para o mar, com novo equipamento de lazer e cultura. Será viabilizado a formação de um grande corredor virtual da estação João Felipe até o Centro Cultural Dragão do Mar. O projeto envolverá a participação de toda a sociedade. Tudo isto atrairá projetos urbanísticos, imobiliários, turísticos e culturais para a região, melhorando a qualidade de vida dos fortalezenses (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ; 2008)”

Uma matéria do principal periódico da cidade, no seu caderno de economia, produzida nos primeiros dias do corrente ano, afirmava que Parangaba receberia um grande investimento. Trata-se do primeiro *shopping center* de grande porte localizado em um bairro afastado das zonas mais desenvolvidas, configurando-se como pioneira a instalação de um estabelecimento desse tipo em um local que sempre foi tido como subúrbio.

“Com um investimento de R\$ 180.000.000,00, o Parangaba Shopping, parceria entre a Construtora Marquise e a CEI Empreendimentos, terá as obras iniciadas em março deste ano, com previsão de inauguração em novembro de 2012. Algumas grandes marcas já confirmaram presença, a exemplo de C&A, Renner, Riachuelo e Marisa. Segundo o empresário, a área foi escolhida em virtude do *potencial econômico crescente da Parangaba e das imediações*, principalmente com a ascensão econômica das classes B e C (DIÁRIO DO NORDESTE; 11/01/2011, grifos meus)”.

Não por coincidência, tal empreendimento ficará localizado em um ponto bastante estratégico, entre duas vias bastante movimentadas, próxima ao terminal de ônibus e da linha do metrô. As vantagens econômicas que os proprietários da empresa obterão, obviamente, serão gigantescas. Trata-se de um exemplo que une perfeitamente as ações do poder público e do investimento privado, onde o segundo aproveita a estrutura construída pelo primeiro.

O futuro centro comercial, contudo, não se constitui como o único resultado desse casamento entre intervenções urbanas na esfera governamental e o poder de investimento particular. No trecho que reproduzimos acima, os responsáveis pelo mais novo *shopping* da cidade afirmam que esse atenderá aos perfis das classes B e C. De onde vieram os indivíduos que pertencem a esses segmentos sociais?

Eles foram atraídos, sobretudo, pela expansão imobiliária que, desde a década passada resolveu intensificar suas atividades em bairros mais afastados do centro da cidade. Nesse sentido, Parangaba não é o único exemplo, mas revela-se como um dos mais propícios para a prática de tais investimentos. Nos últimos cinco ou seis anos, foram erguidos diversos prédios do tipo condomínios, cujo público-alvo eram as pessoas que pertenciam àqueles extratos da população. Um vídeo postado no sítio *youtube*, de uma empreiteira do ramo da construção civil, continha a propaganda de lançamento de um residencial. Na narração era dito: “Venha morar na Parangaba, pertinho de tudo o que você sempre quis”. Um morador recém chegado relata a razão de sua vinda para o bairro:

“Vim morar aqui porque percebi que este bairro começou a oferecer coisas que antes eu só encontrava nas áreas mais ricas da cidade. Hoje é possível

resolver tudo aqui sem precisar de ir para outros bairros. Moro aqui na Parangaba há quatro anos e acho que fui feliz na escolha”.

Ironia ou não, essa migração ajuda a revelar uma realidade perversa no que diz respeito à habitação. Contrastando como os empreendimentos imobiliários que ali encontraram um “paraíso”, persiste o problema de muitos moradores que ainda vivem em condições costumeiramente tidas como “precárias”, especialmente aqueles que vivem às margens da lagoa. As tentativas de resolução dessa questão podem gerar outra forma de exclusão: ao ser deslocado dali, aquele contingente pode até adquirir o direito a uma moradia “digna”, mas vai ser privado do direito à cultura e até mesmo dos equipamentos prestadores de serviços, sobretudo quando a realocação ocorre por meio do fornecimento de unidades habitacionais nos “conjuntos”, muitas vezes situados a grandes distâncias dos estabelecimentos de aquisição de bens e dos elementos de promoção cultural.

A abertura de uma loja de uma conhecida rede de hipermercados alguns anos atrás, cuja localização também é bastante vantajosa, por estar na confluência de quatro grandes vias de circulação e ao lado do Terminal da Lagoa, é outro sintoma dessa valorização que o bairro vem experimentando nos últimos anos. Transformando-se em um pólo de atração de inúmeros estabelecimentos comerciais e de serviços, pouco a pouco, o local está consolidando sua posição em relação àquilo que foi mencionado no segundo capítulo: a sua afirmação como um dos núcleos em uma Fortaleza fragmentada.

Nesse contexto em que o bairro vivencia a “onda de progresso”, o patrimônio urbano preservado e restaurado também poderá ser um produto de consumo. Ele deixa de ser apenas paredes de pé e assume um papel muito importante na promoção da indústria cultural, ou, para ser mais preciso, indústria do turismo cultural. Choay (2001) esclarece um pouco como o patrimônio edificado é transformado em uma fonte de consumo, tanto no que diz respeito à valorização da própria cultura, quanto instituição de valor econômico.

“(…) os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, posta à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos.

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à 'engenharia cultural', vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (CHOAY; 2001, p. 211)"

Não é possível afirmar se o patrimônio urbano que foi preservado em Parangaba poderá, de fato, angariar a atração de significativo contingente de visitantes. As melhorias propostas para o bairro, tanto no sentido de remodelar o antigo conjunto arquitetônico, quanto na criação de melhores condições sociais para os moradores em geral (o bairro tem um Índice de Desenvolvimento Humano bem inferior ao da cidade) constituem fator preponderante para que Parangaba consolide sua posição como um dos "centros" na Fortaleza contemporânea.⁹ A depender dos processos que estão redesenhando o espaço urbano local, somados às políticas de promoção cultural, é concebível afirmar que o patrimônio edificado do lugar venha a ser parte integrante do crescimento, agora não mais entendido apenas em sua esfera econômica, mas também social, cultural e até mesmo ambiental.

É, portanto, válido afirmar que qualquer lugar que sofre algum processo de intervenção é passível de lidar com as forças da conjuntura econômica. Não há como escapar, ou melhor, é impossível desvincular uma coisa da outra. Ao serem adotadas medidas que visam requalificar algum espaço "decadente", a iniciativa privada toma posição de investir naquele espaço como fonte de obter lucro por meio da valorização do patrimônio como produto cultural e de consumo. As vantagens econômicas obtidas pelos setores privados são, de certo modo, mascaradas pelo discurso da "preservação e da valorização" do espaço alvo de ação pública, mesmo que cada intervenção tenha de ser planejada para que não haja perda de significado. Nessa perspectiva, Chou e Andrade argumentam que,

"(...) as intervenções urbanas buscam transformar as cidades, ampliando a sua capacidade de produtividade e competitividade. Assim, as renovações e revitalizações acontecem mais no campo econômico do que no espaço em si. Renova-se o capital, enquanto discurso da manutenção dos espaços centrais das cidades (CHOU & ANDRADE; 2009 p. 3)".

9 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido pelo PNUD das Nações Unidas. Considera-se a riqueza produzida, a renda média, os índices relativos à saúde, à educação, entre outros. O IDH de Fortaleza, em 2000, era 0,786. Em 2008, Parangaba apresentava índice de 0,481.

Esses elementos constituem parte importante do imaginário do bairro, bem como da cidade. A imagem produzida pelos setores dominantes oculta a face real dos centros urbanos, escondendo, assim, suas contradições. Como foi dito, o bairro Parangaba é um dos focos de expansão do mercado imobiliário em Fortaleza. A imagem produzida por este setor da economia mostra o bairro como um lugar de belezas naturais e que é capaz de atender às necessidades dos moradores, deixando de fora, obviamente, os problemas sociais existentes. É o conhecido plano- discurso que “transforma” a realidade dos centros urbanos em simulacro (Maricato; 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dos processos de construção da memória social nos centros urbanos não depende unicamente da vontade de se manter ou não os elementos materiais e imateriais conservados. Esses, por sua vez, não constituem a memória social em si, mas tão somente os meios pelos quais ela é produzida. Como procurei demonstrar durante este trabalho de dissertação, esses processos estão sustentados no tripé formado pela história oral, tempo e espaço físico.

O exemplo de Parangaba demonstra que o direito à memória faz parte das lutas por melhores condições nas grandes cidades. A conscientização de que os antigos espaços urbanos constituem elementos fundamentais no processo de formação sócio-territorial, e, por conseguinte, os mesmos passem a determinar a própria sobrevivência de uma sociedade na medida em que se constituem como uma das formas que conseguem transmitir para as gerações futuras as experiências vivenciadas por gerações passadas é percebida quando os atores sociais do presente se reconhecem como sujeitos de sua própria história no espaço do qual fazem parte.

Apesar das ambigüidades que foram mencionadas durante este trabalho, não dá para negar que a existência do movimento social de preservação patrimonial em Parangaba torna evidente a problemática no que diz respeito à construção da memória social não só no bairro, mas também em Fortaleza como um todo.

É de se admitir que os discursos do movimento preservacionista variaram entre as formas mais radicais e os mais abertos às mudanças no que se refere à conservação do patrimônio material. Em sua fase inicial, o movimento pregava a manutenção do conjunto arquitetônico do local, não aceitando qualquer interferência que descaracterizasse a estação ferroviária. Nesse período, os moradores ainda lutavam para manter o velho prédio de pé. Após conseguirem a manutenção da edificação, as circunstâncias exigiram uma mudança de postura. Agora sai da boca dos integrantes do movimento preservacionista a idéia da “transformação planejada”, seja por convencimento de que é melhor resignificar os espaços objetos do dilema existente entre o crescimento e a preservação dos elementos de preservação da memória urbana, seja por não haver, em suas palavras, alternativas para fazer frente ao capital hegemônico.

Ao adotarem o discurso da mudança com planejamento, os moradores do bairro já não querem apenas a manutenção das antigas construções em si, mas almejam outras prioridades que estão além da preservação da memória. A luta passa a ser agora por melhores condições de vida e os espaços agora preservados devem ser aproveitados como instrumentos de inclusão social. Embora esses objetivos ainda não tenham sido atingidos, abrem-se perspectivas no sentido de que parte dos problemas enfrentados pelos moradores do bairro possam ser resolvidos por meio de ações do poder público, especialmente na esfera municipal, principal aliado dos residentes na questão da preservação do patrimônio urbano.

Por outro lado, o METROFOR cumpre o seu papel como principal forma de intervenção e redefinição do espaço em Parangaba. Antes como ameaça ao patrimônio edificado, por propor a demolição da antiga plataforma ferroviária, agora ele é o responsável pela atração de novos empreendimentos e atores sociais. Símbolo de uma cidade que quer assumir seu lugar como centro urbano contemporâneo, além das melhorias prometidas para o setor de transporte, sobretudo o coletivo, a obra também promete requalificar espaços ditos “degradados”, contudo, como foi esclarecido, essa requalificação esteja restrita ao centro velho de Fortaleza.

As intervenções postas em prática pelo poder público, a partir da construção do metrô, fazem com que Parangaba apresente novas feições. Antes, o bairro bucólico, distante do centro e das zonas mais nobres da cidade, aparece agora como um dos mais influentes da capital. Habitado por moradores ditos “tradicionais”, esses agora dividem espaço com novos residentes. Esses últimos, por sua vez, compõem uma incipiente classe média que cresce sem parar, atraída pelas possibilidades oferecidas pelo mercado imobiliário.

A presença de novos estabelecimentos contribui para dar ao bairro uma imagem mais contextualizada com a cidade contemporânea, mas, ao mesmo tempo, descontextualizada com a sua própria imagem tradicional. Os modernos prédios nada lembram as antigas construções, tanto no que diz respeito à arquitetura quanto à estética. O antigo conjunto arquitetônico ao receber novas funções, sobretudo no que diz respeito às políticas de incentivo à cultura, todavia, passa a ser integrante dessa nova feição que alia crescimento econômico e valorização dos espaços urbanos.

Quanto aos segmentos sociais mais desfavorecidos que habitam o bairro, as intervenções realizadas até agora não os contemplam. Nenhuma das medidas tomadas até o presente momento no sentido de “revitalizar” espaços ditos “degradados” (a não ser a limpeza do espelho d’água do bairro) representou melhorias significativas para aqueles que

vivem em condições nada desejáveis. Há a promessa de que, no futuro, as pessoas que residem nos casebres às margens da lagoa sejam incluídas nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo poder público. Costumeiramente, a política habitacional voltada para a população carente tende a ser ambígua, como foi mencionado. Se por um lado ela significa melhoria real ao dar condições mais “dignas” para aqueles que vivem em moradias precárias; por outro ela priva essa população do direito à cidade ao ser deslocada para locais distantes de equipamentos de consumo de bens materiais e de promoção cultural.

São nessas forças representadas pela manutenção de certos espaços e transformação de outros que o bairro está sendo redesenhado. Tentando conciliar a imagem de um bairro contemporâneo e que busca manter seus elos com o passado, Parangaba vivencia processos que fazem com que apresente múltiplas faces. São esperadas novas mudanças, favorecidas pela conclusão do metrô.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal In_ ARANTES, Otilia., WAINER, Carlos., MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 121-192.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

BARREIRA, Irllys A. F. Preservar a cidade: o centro como patrimônio cultural. In AGUIAR, Odílio Alves., BATISTA, José Élcio. PINHEIRO, Joceny. (orgs.) **Olhares**

Contemporâneos: cenas do mundo em discussão na Universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 29-39.

_____. Linguagens da cidade e patrimônio: o diálogo entre passado e presente. **Revista USP**. São Paulo, vol. 58 n. 3, 2003, p. 212-224.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

CHAVES, Raquel. História da Parangaba ameaçada. **O Povo**. Fortaleza, p. 12, 11 abr 2007.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHOU, José Walter Teles & ANDRADE, José Roberto de Lima. **Intervenção e patrimônio cultural**. Curitiba: UFPR, 2009.

COSTA, M. S. B. **Viajando pelo túnel do tempo:** memória, patrimônio e cotidiano de um bairro. 2008 Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2008.

DEBERT, Guita G. Problema relativos à utilização da história de vida e história oral. In CARDOSO, Ruth C. L. (org.) **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

EUGÊNIO, Carlos. Estação da Parangaba será rebaixada em 2m. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, p. 9, 22 fev 2008.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. In **Identidades, Percursos, Paisagens Culturais:** estudos sociológicos de cultura urbana. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 23-44.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GONDIM, Linda M. P. Imagem da cidade ou imaginário espacial? reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da Praia de Iracema. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 32, 2001 p. 7-21.

____. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In AGUIAR, Odílio Alves., BATISTA, José Élcio., PINHEIRO, Joceny. (orgs.) **Olhares Contemporâneos: cenas do mundo em discussão na Universidade.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 174-189.

____. **Uma dama da belle époque de Fortaleza: ensaios sobre imaginário, memória e cultura urbana.** Fortaleza: LCR, 2001.

GONDIM, Linda M. P. & LIMA, Jacob C. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso.** São Carlos: EdUFSCar, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Para reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. **A centralidade de Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza (CE).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In MAGNANI, José G. C. & TORRES, Lilian de Lucca. **Na metrópole: textos de antropologia urbana.** São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In_ ARANTES, Otília., WAINER, Carlos., MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 121-192.

MESSENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e cidadania. **Vivência**, Natal, n. 28, 2005 p. 167-177.

MOURA, Cristina Patriota de. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. In VELHO, Gilberto. & Kuschnir, Karina. (orgs.) **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 43-54.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**, São Paulo, Unesp, 1998.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o diretório pombalino. Campinas: Pontes, 2005.

SIMMEL, Georg. A competição In COHN, Gabriel (org.) **Simmel Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984, p. 135-149.

SOUZA JÚNIOR, Paulo G. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG. **Vivência**, Natal, n. 28, 2005, p. 179-198.

STUDART, Barão de (Guilherme). **Datas e fatos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 [1896].

TONIATTI, Mariana. Concluído o rebaixamento da Estação Ferroviária da Parangaba. **O Povo**. Fortaleza, p. 14, 31 jul 2009.

VELHO, Gilberto. & KUSCHNIR, Karina. (orgs.) **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VIEIRA, Sulamita. O Ceará faz a feira In **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. 2001, p. 117-127.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Construindo memórias, tecendo trajetórias. **Vivência**, Natal, n. 28, 2005, p. 115-122.

SÍTIOS VISITADOS

ESTAÇÃO de Parangaba rebaixada. **Portal Verdes Mares**, Fortaleza, 18 set. 2009. Disponível em: <www.portalverdesmares.globo.com>. Acesso em: 05 abr. 2010.

MARCADA a demolição da estação ferroviária da Parangaba. **Portal Zona Mix**, Fortaleza, 17 jan. 2008. Disponível em: <www.zonamix.com.br>. Acesso em: 18 mai. 2009.

METROFOR deve ser concluído até 2010. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 13 set. 2007. Disponível em: <www.diariodonordeste.globo.com>. Acesso em: 05 abr. 2010.

PARANGABA deverá ganhar shopping center até o final do ano. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 11 jan. 2011. Disponível em: <www.diariodonordeste.globo.com>. Acesso em: 13 jan. 2011.

PARANGABA. Wikipedia. Disponível em: <www.wikipedia.org>. Acesso em: 07 mai. 2009.

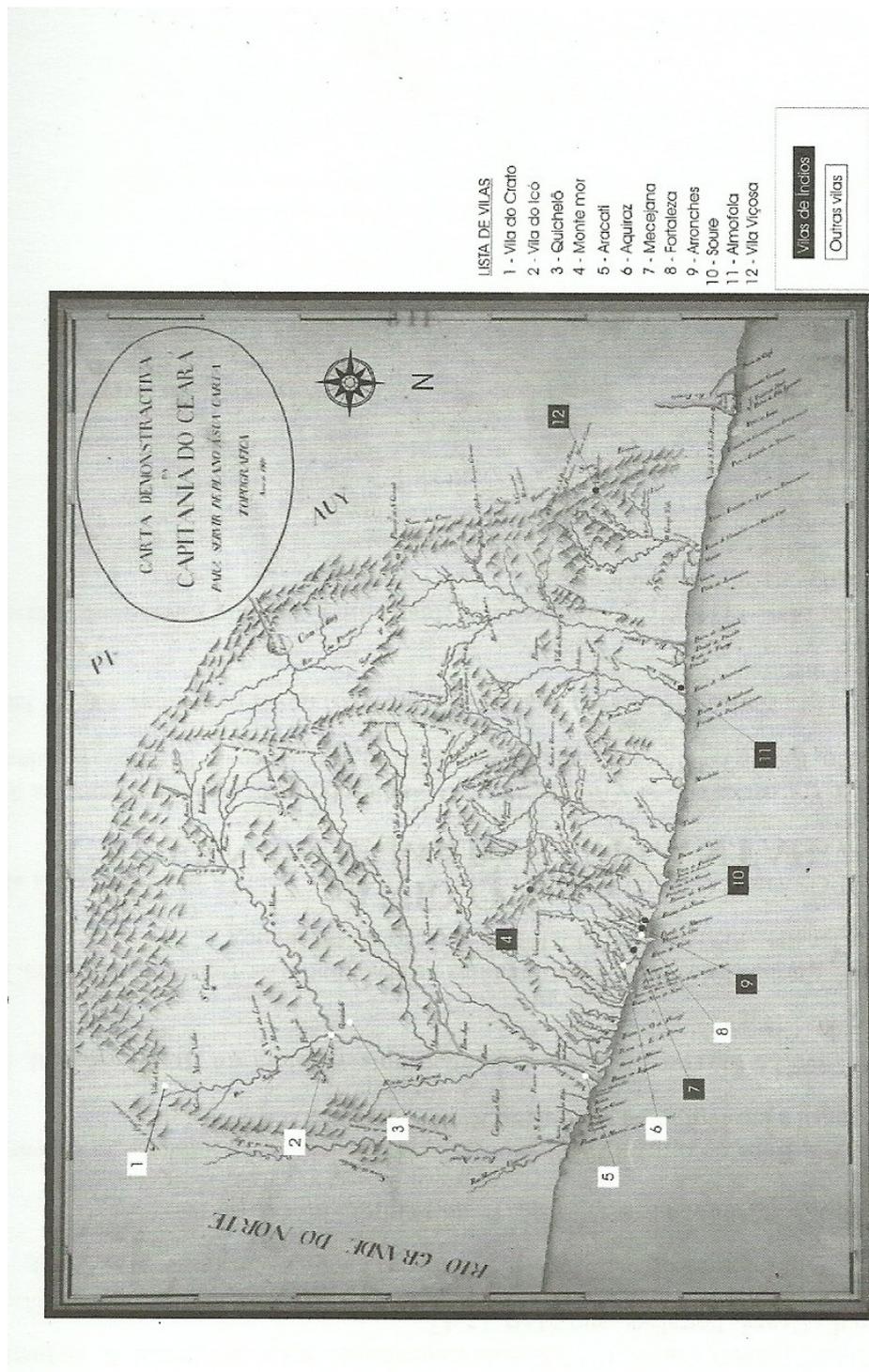
REQUALIFICAÇÃO e urbanização do Centro. **Governo do Estado do Ceará**, Fortaleza, 10 jun. 2008. Disponível em: <www.metrofor.ce.gov>. Acesso em: 09 out. 2009.

www.terra.com.br (para as letras das canções contidas neste trabalho).

www.flickr.com (imagens)

ANEXOS

ANEXO I – A VILA DE ARRONCHES NO MAPA DO CEARÁ COLONIAL. ESTÁ REPRESENTADA PELO Nº 9.



Fonte: Carta da Capitania do Ceará, 1810. Reproduzido por Adonias, isa. Mapas, imagens e formação territorial brasileira. Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

Mapa das Vilas Indígenas e outras do Ceará colonial. Fonte: SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de Índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ANEXO II – ALGUMAS QUESTÕES SOBRE TOMBAMENTO PATRIMONIAL

O que pode ser tombado?

O Tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

Quem pode efetuar um tombamento?

O Tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal.

O ato do tombamento é igual à desapropriação?

Não. São atos totalmente diferentes. O Tombamento não altera a propriedade de um bem, apenas proíbe que venha a ser destruído ou descaracterizado. Logo, um bem tombado não necessita ser desapropriado.

O Tombamento preserva?

Sim. O Tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais, na medida que impede legalmente a sua destruição. No caso de bens culturais, preservar não é só a memória coletiva, mas todos os esforços e recursos já investidos para sua construção. A preservação somente se torna visível para todos quando um bem cultural se encontra em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização.

O tombamento é um ato autoritário?

Não. Em primeiro lugar o Tombamento, como qualquer outra Lei Federal, Estadual ou Municipal, estabelece limites aos direitos individuais com o objetivo de resguardar e garantir direitos e interesses de conjunto da sociedade. Não é autoritário porque sua aplicação é executada por representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, com poderes estabelecidos pela legislação.

É possível qualquer cidadão pedir um tombamento?

Sim. Qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar, aos órgãos responsáveis pela preservação, o tombamento de bens culturais e naturais.

Como é um processo de Tombamento?

O Tombamento é uma ação administrativa do Poder Executivo, que começa pelo pedido de abertura de processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Este processo, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação. Caso seja aprovada a intenção de proteger um bem cultural ou natural, é expedida uma Notificação ao seu proprietário. A partir desta Notificação o bem já se encontra protegido legalmente, contra destruições ou descaracterizações, até que seja tomada a decisão final. O processo termina com a inscrição no Livro Tombo e comunicação formal aos proprietários.

O Tombamento é a única forma de preservação?

Não. A Constituição Federal estabelece que é função da União, do Estado e dos Municípios, com o apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. Além do Tombamento, existem outras formas de preservação. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais. Os Planos Diretores também estabelecem formas de preservação do patrimônio, em nível municipal, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem ainda criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

FONTE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

ANEXO III - LISTA DE ALGUNS BENS TOMBADOS PELA PREFEITURA DE FORTALEZA (EM NEGRITO, AQUELES LOCALIZADOS EM PARANGABA)

1. Riacho Papicú e suas margens
2. Feira de Artesanato da Av. Beira Mar
3. Escola Jesus Maria José
4. Casa do Barão de Camocim
5. **Estação Ferroviária de Parangaba**
6. Mercado dos Pinhões
7. **Igreja do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos**
8. Mercado da Aerolândia
9. **Espelhos de água das Lagoas de Messejana e de Parangaba**
10. Ponte dos Ingleses
11. Capela de Santa Terezinha
12. Estoril
13. Teatro São José
14. Parque da Liberdade (Cidade da Criança)
15. Palácio do Bispo e Bosque do Pajeú
16. Casa Rachel de Queiróz
17. **Bar do Avião**
18. Colégio Dorotéias

19. Edifício São Pedro
20. Escola de Música Luís Assunção
21. Ideal Club
22. IMPARH
23. Lord Hotel
24. Náutico Atlético Cearense
25. Prédio do Português
26. Santa Casa de Misericórdia
- 27. Casa da Câmara da Villa de Arronches e Intendência Municipal da Villa de Parangaba**

* Do 1 ao 15, bens tombados de forma definitiva; do 16 ao 27, elementos tombados em caráter provisório.

FONTES: SECULT, O Povo Online e Guia de Informações do Ceará

ANEXO IV – ALGUMAS IMAGENS DE PARANGABA



Figura A primeira estação. Sec. XIX Fonte: Guia de Imagens do Ceará



Figura Antigo sítio. Local do futuro Parangaba Shopping



Figura Igreja Matriz Senhor do Bom Jesus dos Aflitos



Figura Antigo conjunto arquitetônico



Figura A atual estação antes do rebaixamento. Foto de 2007. Fonte: Flickr



Figura Lagoa. Visão a partir da Av. José Bastos



Figura Prédio da Câmara da Villa de Arronches



Figura Futura estação do metrô



Figura Feira às margens da Av. José Bastos



Figura Praça do bairro

ANEXO V – MAPA DOS PROJETOS ATUAIS E PREVISTOS DO METROFOR ATÉ O ANO 2025

Linhas de Metrô Fortaleza - 2025



Projetos atuais e futuras expansões do Metrô de Fortaleza Fonte: CCTM-METROFOR